



MARÇO - JULHO

55^a LEGISLATURA - ANO 2015
S E N A D O F E D E R A L





CE

COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E
ESPORTE

MARÇO - JULHO

55^a LEGISLATURA - ANO 2015

SENADO FEDERAL

COMPOSIÇÃO

Presidente
Senador Romário
PSB-RJ



Vice-Presidente
Senadora Fátima Bezerra
PT-RN



Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT)

Titulares



Senadora
Fátima
Bezerra
PT-RN



Senadora
Angela
Portela
PT-RR



Senador
Donizeti
Nogueira
PT-TO



Senador
Cristovam
Buarque
PDT-DF



Senador
Lasier
Martins
PDT-RS



Senador
Paulo Paim
PT-RS

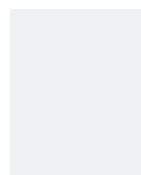


Senador
Wilder Moraes
PP-GO



Senador
Gladson
Cameli
PP-AC

Suplentes



Vago



Senadora
Regina Sousa
PT-PI



Senador
Zezé Perrella
PDT-MG



Senador
Walter
Pinheiro
PT-BA



Senador
Telmário
Mota
PDT-RR



Senador
Lindbergh
Farias
PT-RJ



Senador
Ciro Nogueira
PP-PI



Senadora
Ana Amélia
PP-RS

Bloco da Maioria (PMDB)

Titulares



Senadora
Simone Tebet
PMDB-MS



Senadora
Sandra Braga
PMDB-AM



Senador
João Alberto
Souza
PMDB-MA



Senadora
Rose de
Freitas
PMDB-ES



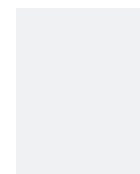
Senador
Otto Alencar
PSD-BA



Senador
Dário Berger
PMDB-SC



Senador
Jader Barbalho
PMDB-PA



Vago

Suplentes



Senador
Raimundo Lira
PMDB-PB



Senador
Roberto
Requião
PMDB-PR



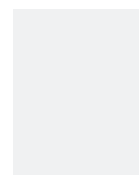
Senador
Ricardo
Ferraço
PMDB-ES



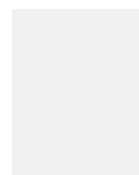
Senador
Hélio José
PSD-DF



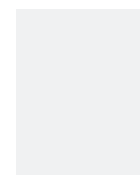
Senadora
Marta Suplicy
PMDB-SP



Vago



Vago



Vago

Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)

Titulares



Senadora
Maria do
Carmo
DEM-SE



Senador
José
Agripino
DEM-RN



Senador
Álvaro Dias
PSDB-PR

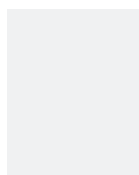


Senador
Antonio
Anastasia
PSDB-MG



Senador
Dalírio
Beber
PSDB-SC

Suplentes



Vago



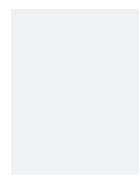
Senador
Ronaldo
Caiado
DEM-GO



Senador
Aloysio
Nunes
PSDB-SP



Senador
Ataídes
Oliveira
PSDB-TO



Vago

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, REDE)

Titulares



Senadora
Lídice da Mata
PSB-BA



Senador
Romário
PSB-RJ



Senador
Roberto Rocha
PSB-MA

Suplentes



Senador
Antonio
Carlos
PSB-SE



Senador
Randolfe
Rodrigues
REDE-AP



Senador
Fernando
Bezerra
PSB-PE

Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)

Titulares



Senador
Blairo Maggi
PR-MT

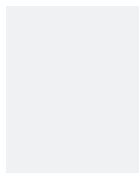


Senador
Eduardo
Amorim
PSC-SE

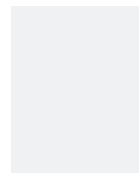


Senador
Douglas
Cintra
PTB-PE

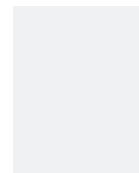
Suplentes



Vago



Vago



Vago

1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4 DE MARÇO DE 2015



ROMÁRIO É ELEITO PRESIDENTE DA CE

O senador Romário (PSB-RJ) foi eleito presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado Federal na 1ª sessão de 2015. A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ficou com a vice-presidência.

“Meu compromisso é fazer desta comissão um espaço democrático, em que a troca de ideias nos permita consolidar as melhores leis para o país”

Senador Romário

O senador Romário destacou o Plano Nacional de Educação (PNE), o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, as Olimpíadas de 2016 e o fomento ao esporte no país como temas que serão importantes em sua presidência.

Após a fala inaugural do presidente, vários senadores se revezaram no microfone para destacar a importância do ex-esportista na função. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o prestígio de Romário levará relevância para o debate da educação. Já a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) destacou a veia esportiva do ex-jogador.

“Esta comissão tem o conceito educacional mais profundo, porque já incorpora o esporte a esse conceito. Temos que pensar a educação como o serviço de abrir as portas das oportunidades”, disse a senadora.

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) avaliou que a eleição de Romário foi uma conquista importante.

“Vossa biografia é sinônimo de vitória e consagração”, elogiou.

Entre os assuntos levantados como desafios para o início dos trabalhos da comissão, na área da educação, o acompanhamento e a fiscalização do Plano Nacional de Educação, a modernização do currículo do Ensino Médio e a criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação do Ensino Superior; na área da Cultura, o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura e a lei de direitos autorais; e na área do esporte, o acompanhamento dos preparativos e a fiscalização das obras das Olimpíadas e das Paralimpíadas Rio 2016 e a renegociação das dívidas dos clubes de futebol.



NOVA LEGISLATURA, NOVOS MEMBROS

A primeira sessão da CE em 2015 foi dedicada à instalação da comissão em si e da eleição da presidência. No início de cada nova legislatura, as comissões passam pela renovação de membros e da direção para o biênio seguinte. Como 2015 foi ano de início de mandato de senadores, as comissões passaram

por mudanças em suas composições para os anos de 2015 e 2016.

De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, no início das legislaturas, os líderes partidários se reúnem e fixam a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões. Com essa fixação, são indicados à Mesa Diretora do Senado

Federal os titulares e os suplentes das respectivas comissões.

Designados os membros, os senadores se reúnem em uma sessão extraordinária para instalar, de fato, a comissão e promover a eleição da presidência e da vice-presidência. Feito isso, inciam-se os trabalhos.

O QUE FAZ UMA COMISSÃO?

As comissões no Senado Federal têm a competência de discutir e votar projetos de lei; realizar audiências públicas; convocar Ministros de Estado ou quaisquer titulares de órgãos subordinados à Presidência da República para prestarem informações, receber petições ou reclamações de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas. Uma comissão também pode solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão; apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e emitir parecer; acompanhar junto ao governo a elaboração da proposta orçamentária,

bem como sua execução; e acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas de sua competência.

O QUE FAZ O PRESIDENTE DE UMA COMISSÃO?

O presidente de uma comissão ordena e dirige os trabalhos do colegiado; dá conhecimento à toda a matéria recebida; designa relatores para as matérias; designa os membros de subcomissões e fixa a sua composição; resolve questões de ordem; faz a comunicação com a Mesa Diretora do Senado e com outras comissões. Ao presidente compete também convocar reuniões extraordinárias; promover a publicação

das atas das reuniões; solicitar os serviços de funcionários técnicos para estudo de determinado trabalho; convidar especialistas e representantes de entidades ou associações científicas a dar contribuições; desempatar votações; entre outras atribuições.

2ª Sessão Ordinária

10 DE MARÇO DE 2015



APROVADAS AUDIÊNCIAS COM MINISTROS DA EDUCAÇÃO DA CULTURA E DO ESPORTE

ACE aprovou em sua 2ª Sessão Ordinária a convocação de três então ministros de Estado para comparecem à comissão: os ministros da Educação, Cid Gomes; do Esporte, George Hilton; e da Cultura, Juca Ferreira.

Os titulares dos ministérios foram convidados para prestarem informações sobre as políticas e as diretrizes de seus respectivos ministérios para o biênio 2015-2016. A proposição dos convites foi uma iniciativa da presidência da comissão, ocupada pelo senador Romário (PSB-RJ).

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Nessa mesma sessão, foram aprovados requerimentos para a realização de diversas audiências públicas.

- Romário (PSB-RJ): sobre o tema “O Autista e a sua Relação com a Educação, a Cultura e o Esporte”;

- Fátima Bezerra (PT-RN): para discutir a realidade do artesanato no país e as políticas direcionadas ao Programa do Artesanato Brasileiro;

- Fátima Bezerra (PT-RN):

para debater alternativas para o financiamento da educação básica no Brasil

- Telmário Mota (PDT-RR): para discutir o Programa de Bolsa Permanência (PBP) do governo federal, que concede auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e quilombolas matriculados em instituições federais de ensino superior.

O QUE SÃO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS?

As audiências públicas são ferramentas das quais os senadores dispõem para promover debates ou exposições sobre determinado assunto. De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, audiências podem ser realizadas para instruir alguma matéria em apreciação pela comissão ou tratar de assunto de interesse público relevante. As

reuniões podem ser solicitadas pelos próprios senadores ou por entidades da sociedade civil.

COMO FUNCIONA UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA?

Quando fica decidido que uma audiência será promovida, são convidados especialistas sobre o tema em questão para comparecer e fazer uma exposição aos senadores e ao público. Esses convidados podem

ser determinados pelo próprio senador requerente da audiência, por demais senadores ou pela secretaria da comissão.

Como o próprio nome explica, as audiências são abertas ao público, ou seja, qualquer cidadão pode acompanhá-las pessoalmente no Senado Federal. Na página do Senado, na internet e na TV Senado também é possível acompanhar algumas reuniões ao vivo.



3ª Sessão Ordinária

17 DE MARÇO DE 2015



SENADORES APROVAM AUDIÊNCIAS E APOIAM EVENTO SOBRE INCLUSÃO

Quatro requerimentos foram aprovados na 3ª Sessão Ordinária da CE, dos quais três foram para a realização de audiência pública. O quarto requerimento foi para o apoio da comissão ao evento “Educação, Cultura e Esporte: Caminhos para a Inclusão”, de iniciativa do presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ). O objetivo foi fazer uma homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down, comemorado no dia 21 de março.

O requerimento foi defendido pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e subscrito pelos senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Fátima Bezerra (PT-RN), vice-presidente da comissão.

Nessa mesma linha de atuação, a CE aprovou outra audiência pública para debater “O Autista e sua relação com a Educação, a Cultura e o Esporte”, para marcar o Dia Mundial do Autismo, comemorado em 2 de abril.

O objetivo foi o de conscientizar a sociedade para que haja mais atenção, diagnóstico, tratamento e respeito em relação às pessoas com o espectro autista. Esse requerimento também foi de autoria do presidente.

“É preciso chamar atenção para a luta das pessoas com Síndrome de Down, dos seus pais, amigos e parentes, bem como para a necessidade de inclusão na sociedade”

Senador Paulo Paim

EDUCAÇÃO

As outras duas matérias aprecia-

das pela CE foram sobre educação. O requerimento do senador Telmário Mota (PDT-RR) foi para a realização de audiência sobre alternativas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que terá vigência até 2020.

“Embora seja uma profissão nobre, o ofício de ser professor está perdendo seu encanto, entre outras razões, em função do piso salarial”, comentou Telmário. Ele teve o apoio dos senadores Lasier Martins (PDT-RS), Cristovam e Hélio José (PSD-DF).

O outro requerimento que teve a aprovação dos parlamentares foi o apresentado por Paulo Paim, para realização de audiência sobre os programas federais de incentivo à educação (Fies, Pronatec e Ciência sem Fronteira).

Com informações da Agência Senado.



SENADORES OPTAM POR ESTENDER O DEBATE SOBRE SERVIÇO SOCIAL DE MÉDICOS

Avotação dos substitutivos do senador Paulo Paim (PT-RS) que criavam a exigência da prestação de serviço social obrigatório para médicos e outros profissionais de saúde recém-formados com o uso de financiamento público, oriundos de universidades públicas ou privadas (PLS 168/2012, e 79/2013), foi adiada por tempo indeterminado. O tema gerou impasse entre os senadores, que optaram por estender o debate.

Em linhas gerais, os substitutivos estabeleciam que os recém-formados na área de saúde que tiveram a graduação custeada com recursos públicos deveriam cumprir um período de dois anos de exercício social da profissão. Esse serviço seria prestado em municípios com menos de 30 mil habitantes ou em comunidades carentes de regiões metropolitanas. A jornada de trabalho seria de 40 horas semanais e remunerada pela rede de saúde ao qual o profis-

sional estiver vinculado.

Em vez da obrigatoriedade do serviço social para os profissionais de saúde, o senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) defendeu o acesso amplo e irrestrito dos recém-formados em medicina ao Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab), que oferece oportunidade aos profissionais de saúde de atuar, durante um ano, em diversas localidades do país carentes de assistência na atenção básica à saúde.

As considerações abertas por Caiado foram ampliadas por outros senadores. Simone Tebet (PMDB-MS) sugeriu substituir a obrigatoriedade de participação no serviço social pela livre adesão de estudantes beneficiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que teriam como contrapartida a isenção das parcelas do financiamento. Já o senador Lasier Martins (PDT-RS) levantou a hipótese dessa exigência ser estendida a recém-formados de

outras áreas, como advogados, engenheiros e arquitetos.

Por sua vez, o senador Telmário Mota (PDT-RR) ponderou que os profissionais de saúde costumam ser alocados em regiões que não oferecem o mínimo de conforto ou condições satisfatórias de trabalho. Psicóloga de formação, a senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) apresentou reservas à compulsoriedade da iniciativa para quem estudou em universidade pública e defendeu o debate da iniciativa não só por representantes dos conselhos profissionais envolvidos, mas também pelos estudantes.

O pedido de retirada da matéria de pauta foi apresentado pelo senador Ronaldo Caiado e teve o apoio de Paulo Paim e Cristovam Buarque (PDT-DF), autor de um dos projetos que deram origem ao substitutivo.

Com informações da Agência Senado.

4^a SESSÃO ORDINÁRIA

24 DE MARÇO DE 2015



CE RECONHECE NOVOS “HERÓIS DA PÁTRIA”

No Panteão da Pátria e da Democracia, em Brasília, repousa o “Livro Heróis da Pátria”. O monumento homenageia 41 brasileiros que prestaram serviço excepcional à nação. Essa seleta lista de heróis, no entanto, pode ganhar novos nomes em breve.

Na 4^a Sessão Ordinária da CE, foi aprovado relatório favorável do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ao PL que insere os nomes de Maria Quitéria, Joana Angélica, Maria Felipa e João das Botas no livro dos heróis (PL 535/2011). A autoria do projeto é do senador Walter Pinheiro (PT-BA).

Conheça um pouco da história destes ilustres brasileiros:

Maria Quitéria de Jesus

É considerada a primeira mulher a assentar praça em uma unidade militar das Forças Armadas Brasileiras e entrar em combate pelo Brasil, em 1823.

Joana Angélica de Jesus

Foi uma freira da Ordem da Conceição de Maria que morreu defendendo o Convento da Lapa, em Salvador (BA), contra soldados portugueses.

Maria Felipa

É descrita como uma negra alta e audaz que, sendo uma forte liderança em sua comunidade, tornou-se fundamental na organização da resistência na Ilha de Itaparica (BA).

Ela liderou um grupo de mulheres e homens de diferentes classes e etnias, organizou o envio de mantimentos para o Recôncavo Baiano, e as chamadas “vedetas”, que eram vigílias nas praias para prevenir o desembarque de tropas inimigas. Maria Felipa também participou ativamente em vários conflitos e ficou conhecida como a Heroína Negra da Independência.

João das Botas

Combateu as embarcações portuguesas nas águas da Baía de Todos os Santos (BA) e se destacou como um dos principais responsáveis pela defesa naval da Ilha de Itaparica diante das tropas portuguesas sob o comando do Governador das Armas da Bahia, Inácio Luís Madeira de Melo.



PAUTA DA CE

Na 4ª Sessão Ordinária da CE, foram avaliados os seguintes itens da pauta:

Rejeitada alteração do período de férias escolares por calendário de eventos esportivos

- PLS 451/2012 | autoria: Paulo Paim (PT-RS) | relatoria: Lídice da Mata (PSB-BA): Foi aprovada a declaração pela prejudicialidade do PL que previa a alteração do período de férias nas escolas brasileiras devido aos calendários de jogos da Copa das Confederações FIFA 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e da

Jornada Mundial da Juventude 2013.

De acordo com o entendimento da relatora, “os alunos não poderiam passar todo o período da Copa das Confederações e da Copa do Mundo, sem aulas, pelo fato as competições serem realizadas no país. Segundo ela, os jogos ocorreriam apenas em algumas cidades e, na maior parte das vezes, com número reduzido de partidas, não se justificando as férias durante todo o período dos jogos e em todo o território nacional.

Rejeitado acesso ao Prouni por estudantes de escolas particulares

- PLS 159/2012 | autoria: Fernando Collor (PTB-AL) | relatoria: Maria do Carmo Alves (DEM-SE):

O relatório da senadora foi pela rejeição do PL que permitiria o acesso ao Programa Universidade para Todos (Prouni) para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas privadas. Essencialmente, o entendimento da relatoria é o de que o PL alteraria um dos critérios fundadores do Prouni, que é a concessão de bolsas de estudos a estudantes de escolas públicas.

5^a SESSÃO ORDINÁRIA

31 DE MARÇO DE 2015



TELMÁRIO MOTA REPRESENTA A CE EM FÓRUM SOBRE POVOS INDÍGENAS

O senador Telmário Mota (PDT-RR) foi o escolhido para participar do fórum promovido pelo Ministério do Esporte, em Cuiabá, com o objetivo de contribuir para o trabalho do Senado em prol das populações indígenas. A senadora Ângela Portela (PT-RR), do mesmo estado de Telmário, observou que Roraima tem oito etnias indígenas e, junto com a vice-presidente da CE, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), expressou seu apoio a todas as iniciativas do poder público em benefício dos indígenas.

MARÇO: MÊS DA POESIA

Foi aprovado o requerimento senadora Ângela Portela para a realização de uma audiência pública para debater o projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS) para a instituição de março como o mês da poesia (PLS 343/2011).

A relatora do PL, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), deu parecer contrário à aprovação do texto devido à falha de juridicidade (quando há confronto com outra lei já existente)

APROVAÇÃO DE REQUERIMENTOS EXTRA-PAUTA

De autoria do presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), foram encaminhados por Simone Tebet (PMDB-MS) os seguintes requerimentos extra-pauta:

- PLS 104/2015 | autoria: José Agripino (DEM-RN) | relatoria: Blairo Maggi (PR-MP): Institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo;

- PLS 117/2015 | autoria: Humberto Costa (PT-PE) | relatoria: Fátima Bezerra (PT-RN): Torna contravenção penal o trote vexatório contra calouros das universidades;

- PLS 118/2015 | autoria: Magno Malta (PR-ES) | relatoria: Dário Berger (PMDB-SC): Inclui o trote estudantil no rol de crimes hediondos caso resulte em morte;

- PLC 14/2015 | autoria: Osmar

Terra (PMDB-RS) | relatoria: Fátima Bezerra (PT-RN): Insere dispositivos sobre os cuidados na primeira infância no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

- PLC 1709/2011 | autoria: Romário (PSB-RJ): Aumenta o percentual de recursos para o paradesporto e programas de inclusão desportiva de pessoas com deficiência;

- PLC 7916/2014 | autoria: Romário (PSB-RJ): Regula a contratação de Apaes e Pestalozzis (entidades sem fins lucrativos) como prestadoras de serviços ao poder público na área de educação de pessoas com deficiência.

Com informações da Agência Senado



6^a SESSÃO ORDINÁRIA

7 DE ABRIL DE 2015



INCENTIVO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA PAUTA DA CE

Empresas com mais de cem empregados deverão conceder bolsas de estudo destinadas à formação técnico-profissional ou de nível superior aos seus trabalhadores e dependentes legais. É o que propõe o PLS 514/2007, de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) e relatoria da senadora Ângela Portela (PT-RR), que esteve na pauta da 6ª Sessão Ordinária da CE.

O projeto estabelece que as bolsas serão concedidas uma vez por ano, à proporção de uma para cada grupo de cem empregados e serão oferecidas prioritariamente aos tra-

balhadores com menores remunerações. As empresas poderão deduzir o valor das bolsas concedidas do total devido às contribuições para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep).

No texto original do senador Paim, as bolsas destinavam-se apenas aos dependentes legais dos trabalhadores. A relatora Ângela Portela estendeu o benefício aos empregados e acolheu a emenda do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) para incluir a concessão de bolsa de estudos também para cursos de graduação de ensino superior.

Foi rejeitada pela relatora uma emenda que propunha mudar a vinculação do valor da bolsa, passando do piso da categoria profissional em questão para o valor do salário mínimo nacional (atualmente, R\$ 788).

A tramitação do PL na CE é terminativo, porém, a votação do texto foi adiada. Depois da comissão, o projeto ainda tem de passar pela Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado.

Com informações da Agência Senado

CE QUESTIONA PLANEJAMENTO DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES E DA ANATEL

A CE aprovou na 6ª Sessão o envio de um requerimento para questionar o Ministério das Comunicações e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre a falta de planejamento na aplicação de recursos do Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (Fust). O requerimento foi de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) e fruto de um relatório de auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou a deficiência.

De acordo com o senador, um primeiro requerimento foi enviado ao Ministério das Comunicações em agosto de 2014. Em resposta, disse ter recebido “uma colagem de textos desconexos”.

“A resposta que recebi é vergonhosa. Eu reapresento o requerimento e o faço com constrangimento, porque esse episódio mostra descaso de setores do governo para com o Senado”
Senador Aloysio Nunes

A auditoria do TCU que deu origem aos questionamentos à pasta e à agência reguladora havia apurado que o saldo acumulado pelo Fust ultrapassava R\$ 3,6 bilhões em 2005. Em vez de serem aplicados em projetos sociais de inclusão digital, esses recursos teriam servido para compor o superávit primário da contas públicas.

A vice-presidente da CE, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), deu razão à queixa do parlamentar e admitiu que seus questionamentos tratam de um tema de “caráter estratégico”.

Com informações da Agência Senado



7^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

8 DE ABRIL DE 2015



ENSINO BÁSICO PRECISA DE MAIS APOIO FEDERAL

A necessidade de mais apoio do governo federal para o financiamento da educação básica marcou as manifestações dos participantes da audiência pública realizada na 7^o Sessão da CE. A iniciativa para discutir o assunto foi da vice-presidente da comissão, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que conduziu o debate.

A audiência na CE teve como principal foco a discussão sobre o futuro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), cujo prazo de vigência terminará em cinco anos.

A senadora Fátima Bezerra destacou a gravidade do problema e disse que o fim da vigência do Fundeb impõe à sociedade um desafio.

“Só no ano passado o Fundeb movimentou R\$ 132 bilhões no atendimento educacional de 41 milhões de alunos. Um dos desafios é aumentar a participação do governo federal por enquanto, para que as metas do PNE sejam atingidas”

Senadora Fátima Bezerra

Para ela, há de se debater as fontes de financiamento da educação a partir de 2020. Dentro dessa lógica, a vice-presidente da CE pediu que a legislação sobre os recursos do Pré-Sal não seja modificada.

“Vão para a educação 50% dos recursos do fundo social do Pré-Sal, além de 75% dos royalties do petróleo. Esses recursos são fundamentais para que cheguemos a 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para o setor, que é a meta-síntese do PNE”, informou.

CRECHES

Fátima Bezerra acrescentou que esses recursos do Pré-Sal garantiriam outras metas do PNE, como a de atender pelo menos 50% das crianças de zero a três anos em creches ou expandir o ensino em tempo integral para 50% das escolas.

“O atendimento pelas creches cresceu nos últimos dez anos de cerca de 10% para 20%, mas ainda é insuficiente. O ensino em tempo integral também está por enquanto em cerca de 10% dos estabelecimentos”, avaliou a senadora.

Segundo ela, os recursos do petróleo são relevantes ainda para o crescimento do ensino universitário e profissionalizante e para a melhoria dos salários dos professores.

“O Fundeb, como o antigo Fundef, melhorou, mas não resolveu. Vou continuar defendendo a federalização da educação, que produziu bons resultados, por exemplo, no ensino técnico”

Senador Cristovam

Buarque

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse esperar que a substituição do Fundeb leve a uma discussão sobre a qualidade da educação em nosso país; o que, no seu entender, deve envolver maior participação da União nas atividades educacionais.

O FUNDO NOS MUNICÍPIOS

Para a consultora da Confederação Nacional dos Municípios, Mariza

Abreu, “será o caos” se, após 2020, um outro fundo, com a mesma filosofia do Fundeb, não for criado.

“Ele veio pra ficar. E seu aperfeiçoamento não deve se dar por passar de 20% para 25% a participação dos estados e dos municípios no financiamento. Esses 5% já são exigidos por outros mecanismos legais”, disse a consultora. De acordo com ela, a participação federal no fundo é o maior desafio.

O representante do Ministério da Educação (MEC) na audiência pública, Vander Borges, também disse que a pasta é contrária a alterações na legislação referente ao petróleo. Ele qualificou o Fundeb como “extraordinário”, mas lembrou que a nova gestão, assumida no período pelo então ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, ainda estava iniciando os estudos sobre o formato que deve ter o novo fundo após 2020.

Já o presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca), José Marcelino Rezende, mostrou estudos que ressaltam o impacto do Fundeb para os estados e municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

No Maranhão e no Pará, por exemplo, o dinheiro já representa 75% do que é destinado para a educação. Rezende lembrou que esses estados têm sofrido recentemente com a diminuição do número de matrículas. Ele sugeriu ainda que o Fundeb seja aperfeiçoado para que cresçam os investimentos em creches e na educação de jovens e adultos, além da retomada das escolas rurais.

RECURSOS EM QUEDA

O vice-presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Alessio Costa, citou dados mostrando que os repasses para o Fundeb em 2015 estão caindo na maioria dos municípios brasileiros. De acordo com ele, a diminuição dos repasses tem-se dado em um cenário de movimentos grevistas e de aumento das reivindicações dos professores por melhorias salariais.

“Assim fica praticamente impossível investir na melhoria da qualidade do ensino. Quase a totalidade dos recursos está indo para o pagamento de pessoal”, informou Alessio.

A representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Raquel Teixeira, defendeu que o Fundeb passe a ser permanente. Ela disse que o fundo faz parte de uma série de políticas públicas que, nos últimos 20 anos, contribuíram para o avanço do setor educacional.

Raquel, que também é secretária de Educação em Goiás, argumentou que a docência no ensino básico passe a ser uma carreira específica dentro da categoria. Ela também propôs o aprimoramento do fundo de maneira a melhorar a remuneração dos professores.

“O governo federal tem que participar mais. Em Goiás, hoje, o Fundeb é todo destinado para o pagamento de salários, que ainda consome mais 10% das outras fontes de recursos”, exemplificou.

Com informações da Agência Senado

8^a SESSÃO ORDINÁRIA

14 DE ABRIL DE 2015



EMPREGADO PODERÁ FALTAR AO TRABALHO PARA PRESTAR CONCURSO

ACE aprovou na 8ª Sessão Ordinária projeto de lei que autoriza o empregado a se ausentar do trabalho para participar de processos seletivos públicos ou privados, desde que haja a compensação de jornada (PLC 118 de 2013). O texto estende o benefício aos funcionários que precisem fazer exames de avaliação de cursos instituídos pelo Ministério da Educação (MEC).

O presidente da comissão, senador Romário (PSB-RJ), elogiou a aprovação.

“Buscar atividades com melhores remunerações e que satisfaçam os seus anseios profissionais é um direito do trabalhador”

Senador Romário

O projeto de lei, que teve origem na Câmara e autoria do deputado Mauro Nassif (PSB-RO), recebeu parecer favorável do relator Paulo Paim (PT-RS). Para ele, o trabalhador tem o direito de buscar a sua felicidade, sem ter receio de ser privado injustamente de sua fonte de sustento.

“O projeto de lei, por melhorar as condições em que o trabalho remunerado é prestado no país, merece ser aprovado”, declarou Paim.

Depois da comissão, o texto foi tramitado para o Plenário do Senado Federal.

REQUERIMENTOS APROVADOS

- RCE 24/2015 | autoria: Lasier Martins (PDT-RS): Aprovado o requerimento para a realização de audiência pública com o objetivo de instruir os senadores sobre a temática das drogas devido à tramitação de projeto de lei que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas (PLC 37/2013).

- RCE 25/2015 | autoria: Lídice da Mata (PSB-BA): Aprovada a realização de audiência pública para debater a expansão do atendimento em creches para crianças de 0 a 3 anos, priorizando o atendimento educacional.

- RCE-26/2015 | autoria: Lídice da Mata (PSB-BA): Aprovada a realização de audiência pública para a apresentação da evolução dos trabalhos de implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFBA).

- RCE 21/2015 | autoria: Fátima Bezerra (PT-RN): Aprovada a realização de audiência pública para discutir os efeitos da obrigatoriedade de beneficiários de bolsas

de programas da União prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica.

- RCE 23/2015 | autoria: Telmário Mota (PDT/RR): Aprovado convite ao estudante indígena de engenharia ambiental da Universidade Federal de Tocantins (UFT), Avanilson Ijoraru Dias Aires Karajá, para representar os alunos indígenas beneficiários do Programa de Bolsa Permanência (PBP) em audiência pública.

ITENS EXTRAPAUTA

- RCE 28/2015 | autoria: Ana Amélia (PP-RS): Convidar os então ministros da Educação, Renato Janine Ribeiro; e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger; para expor em o planejamento do governo federal para o desenvolvimento e a qualificação dos ensinos fundamental e médio no Brasil.

- RCE 29/2015 | autoria: Fátima Bezerra (PT-RN): Inclusão de representante da Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação para participar na audiência pública para apresen-

tar a evolução de trabalhos na Universidade Federal do Sul da Bahia.

- RCE 30/2015 | autoria: Antonio Anastasia (PSDB-MG): Solicita a inclusão de representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) para participar da audiência pública destinada a discutir os efeitos de projeto de lei que institui a obrigatoriedade de beneficiários de bolsas de programas da União prestarem colaboração a estabelecimentos públicos de educação básica.

- RCE 31/2015 | autoria: Fátima Bezerra (PT-RN): Realização de audiência pública visando discutir “Os desafios e as perspectivas da pós-graduação brasileira, a partir do reconhecimento e ampliação dos direitos dos pós-graduandos e das pós-graduandas”.

- RCE 32/2015 | autoria: Fátima Bezerra (PT-RN): Solicitar audiência pública para discutir “O futebol feminino no mundo e no Brasil”.

- RCE 33/2015 | autoria: Fátima Bezerra (PT-RN): Aprovar a participação do Secretário Nacional de Economia Solidária (Senaes), Paul Singer, como expositor da segunda mesa da audiência pública destinada a discutir a questão do artesão no Brasil.



9^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

15 DE ABRIL DE 2015



MINISTRO DO ESPORTE QUER O BRASIL COMO POTÊNCIA OLÍMPICA

Transformar o Brasil em uma potência olímpica e massificar a prática de esportes são duas das prioridades do Ministério do Esporte, segundo o ministro George Hilton em audiência pública na 9^a Sessão da CE.

Para o ministro, a importância de um país organizar megaeventos como os Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo está no fortalecimento de uma rede de treinamentos e no estímulo à prática do esporte.

“O Sistema Nacional do Esporte funcionará como um marco regulatório do esporte no Brasil”, disse,

sobre a proposta que, segundo ele, o Executivo tinha a intenção de enviar ao Congresso ainda neste ano.

De acordo com o ministro, o sistema é uma forma de a União, os estados, os municípios e também a iniciativa privada assumirem responsabilidades na área, semelhante à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O secretário-executivo do Ministério do Esporte, Ricardo Leyser, que também participou da audiência, listou os principais legados dos jogos: centros de iniciação ao esporte, obras olímpicas, rede

nacional de treinamento e o Plano Brasil Medalhas.

A meta do para o Brasil nos Jogos Olímpicos Rio 2016 é ficar entre os 10 primeiros no ranking de medalhas e entre os 5, no Paralímpico. O governo também quer concluir a construção de centros olímpicos de treinamento na Barra da Tijuca e em Deodoro, ambos no Rio de Janeiro, além de trabalhar na criação de outros centros nacionais, regionais e locais para garantir a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de atletas.

De acordo com George Hilton,

o ministério não está preocupado apenas com o esporte de alto rendimento. O governo pretende estimular também a prática de esportes em todos os municípios. Para isso, a pasta está investindo em outros programas como o Atleta na Escola e o Vilas dos Esportes, projetos que pretendem fortalecer os esportes de base.

“A ideia é que todas as cidades tenham ao menos um módulo composto de quadra coberta, campo de futebol society e uma academia ao ar livre”, explicou o ministro.

CORTES

Senadores manifestaram preocupação com o contingenciamento do Orçamento de 2015. A presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), e o senador Hélio José

(PSD-DF) revelaram temor de prejuízo aos projetos da pasta.

“Se faltarem recursos, uma das áreas sempre sacrificadas é a do esporte, juntamente com ciência, tecnologia e educação”

Senadora Rose de Freitas

O presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), e os senadores Eduardo Amorim (PSC-SE) e Dário Berger (PMDB-SC) também disseram temer a descontinuidade de projetos do ministério.

“Acho que é no município que temos que investir a maior parte dos recursos e dos esforços”, defendeu Dário.

PARCERIA

Em resposta, George Hilton disse que a parceria com o setor privado e com os clubes é um dos caminhos para garantir a continuidade dos projetos. Ele defendeu a aprovação de uma Lei de Incentivo ao Esporte definitiva. A atual, que apoia projetos desportivos e para-desportivos, é válida até este ano e precisa ser renovada.

“Parte dos recursos do orçamento público vai ficar para a base e a lei de incentivo e os recursos de outras fontes é que vão fomentar o alto rendimento”, disse Hilton.

Com informações da Agência Senado.



Foto: Cleiton Viana / COB

10ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

22 DE ABRIL DE 2015



PARLAMENTARES ARTICULAM FRENTE EM DEFESA DO ARTESANATO

Uma Frente Parlamentar em Defesa do Artesanato começou a ser articulada durante audiência pública sobre a situação do setor promovida pela CE, com a presença de artesãos, de representantes do governo e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Microempresa (Sebrae). Proposta pelo deputado Givaldo Vieira (PT-ES), a criação da frente teve a adesão dos senadores Fátima Bezerra (PT-RN), que propôs a audiência

e presidiu a reunião, Douglas Cintra (PTB-PE), Regina Sousa (PT-PI), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Lídice da Mata (PSB-BA) e Paulo Rocha (PT-PA).

O principal foco da frente, por enquanto, será a regulamentação da profissão, já aprovada pelo Senado e atualmente em discussão na Câmara. O deputado Givaldo Vieira adiantou que, na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Câmara, o projeto seria relatado

pelo deputado Helder Salomão (PT-ES), com parecer pela aprovação.

POLÍTICAS PÚBLICAS UNIFICADAS

Durante os debates, um dos principais pontos discutidos foram as políticas públicas fragmentadas, hoje direcionadas à categoria. A senadora Regina Sousa (PT-PI) propôs que o novo Plano Nacional do Artesanato unifique diversas iniciativas, atual-

mente dispersas entre secretarias, ministérios e o Sebrae. O mesmo ponto foi apontado por Lídice da Mata e Fátima Bezerra.

A senadora Regina também acredita que o governo poderia desenvolver políticas melhores de divulgação do artesanato. Ela citou como exemplo os aeroportos das principais cidades, que, no seu entender, deveriam ter espaços reservados para a mostra e a comercialização de trabalhos de pequenos empreendedores.

O representante do Sebrae, Ricardo Villela, informou que apenas a direção nacional da entidade, sem contar as estaduais, destina entre R\$ 15 milhões e R\$ 20 milhões por ano ao setor. Para Villela, esse montante poderia ser maior se houvesse menos informalidade e se a atividade fosse estruturada.

“O Sebrae é entusiasmado com o artesanato. A regulamentação abre portas para gestões voltadas à comercialização e à exportação”, disse

Villela, que também defendeu a adoção de incentivos tributários.

REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO

A presidente da Confederação dos Artesãos do Brasil, Izabel Gonçalves, lembrou que o artesanato já tem marcos regulatórios na maioria dos países. A senadora Fátima Bezerra citou um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) atestando que cerca de 10 milhões de pessoas se envolvem na atividade – a grande maioria pequenos empreendimentos, comandados por mulheres.

“O artesanato movimentava R\$ 54 bilhões por ano, é um importante fator de redistribuição de renda e geração de emprego”, lembrou Fátima, que também acredita que o governo deveria destinar mais verbas orçamentárias para a área.

Com informações da Agência Senado.

“É inconcebível que uma atividade que envolve cerca de 10 milhões de pessoas e que contribui bastante para a redistribuição da renda ainda não esteja regulamentada”

Senadora Fátima Bezerra



11ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

28 DE ABRIL DE 2015



NOVA ZELÂNDIA QUER AUMENTAR INTERCÂMBIO DE UNIVERSITÁRIOS

O ministro da Educação Superior, Desenvolvimento Profissional e Empregabilidade da Nova Zelândia, Steven Joyce, informou que quer aumentar o fluxo de intercâmbio entre universitários brasileiros e neozelandeses em um futuro próximo. Joyce participou de uma audiência pública na CE na 11ª Sessão do colegiado.

De acordo com o ministro, o ob-

jetivo é intensificar o intercâmbio entre os países, especialmente em áreas relacionadas à agricultura e ao meio ambiente.

“Acho que Brasil e Nova Zelândia concordam que educação é um passaporte para o sucesso no mundo moderno. Prover educação de qualidade para os cidadãos é uma das coisas mais importantes que o governo pode garantir”, disse.

O ministro neozelandês também

quer atrair mais estudantes brasileiros para o seu sistema de ensino. Em 2013, mais de 2,3 mil brasileiros escolheram o país para estudar. De acordo com Joyce, a Nova Zelândia, que aderiu ao programa Ciência sem Fronteiras, que oferece oportunidades de intercâmbio em diversas universidades.

Ao responder perguntas dos senadores Romário (PSB-RJ) e Hélio José (PSD-DF), o ministro explicou

que a maioria das escolas da Nova Zelândia é mantida pelo governo e segue o mesmo currículo, mas que as instituições têm liberdade para aplicar métodos de ensino diferentes. Segundo ele, as universidades são submetidas a avaliações contínuas para garantir seu aprimoramento.

De acordo com Joyce, a prática de esportes também é incentivada nas escolas neozelandesas.

“Entendemos que o esporte é um vínculo muito importante para superar os desafios do mundo moderno”, avaliou.

COMÉRCIO

O comércio de mercadorias entre Brasil e Nova Zelândia ainda é modesto, com a balança comercial favorável ao Brasil. Além de estimular a cooperação nas áreas de pesquisa, inovação e intercâmbio estudantil, o ministro neozelandês espera aumentar as trocas comerciais.

Segundo ele, as empresas da Nova Zelândia são pequenas, seletivas e atuam em nichos de mercado como tecnologia da informação, biotecnologia, agrotecnologia e ciência ambiental.

“Mais empresas da Nova Zelândia gostariam de atuar no Brasil. Qualquer coisa que o governo brasileiro possa fazer para simplificar a entrada delas seria proveitoso”, afirmou Joyce.

Com informações da Agência Senado.



NOTA DE PESAR ANTÔNIO ABUJAMRA

A CE aprovou voto de pesar na 11ª Sessão Extraordinária pelo falecimento do ator e diretor de teatro Antônio Abujamra.

“

*Sem dúvida, é uma
grande perda para
a cultura nacional.
Foram anos de
serviços prestados
à cultura.*

”

Senador Romário

ANTÔNIO ABUJAMRA

★ 15/09/1932

† 28/04/2015



12^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

28 DE ABRIL DE 2015



MINISTRO DA CULTURA CRITICA LEI ROUANET

O ministro da Cultura, Juca Ferreira, criticou duramente o atual modelo de fomento às atividades culturais no Brasil, estruturado pela Lei Rouanet (Lei 8.313/1991). Em audiência pública na CE, ele disse que a legislação concentrou as aplicações basicamente na região Sudeste e criou uma “pirâmide de privilégios”, com os recursos de patrocínio resultante de incentivos fiscais ficando em mãos de poucos produtores.

“São sempre os mesmos que recebem, e eu não quero aqui nem de-

talhar, para não fazer proselitismo contra determinadas organizações, até porque o problema não é deles, mas da própria lei”, disse.

Para o ministro, é necessário coragem para mudar a atual legislação. Ao falar sobre o projeto com essa finalidade (PLC 93/2014), em análise no Senado, ele pediu ajustes ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados no fim do ano passado e defendeu o restabelecimento da proposta do Executivo.

Entre as mudanças previstas, o texto, que cria o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura

(Procultura), aumenta os limites de dedução do imposto de renda para as doações feitas a projetos culturais. Para pessoas físicas e jurídicas, o limite dedutível poderá chegar a 8% do imposto devido. Atualmente, o limite é de 6% para pessoas físicas e 4% para pessoas jurídicas.

CONCENTRAÇÃO

Para o ministro, a Lei Rouanet já cumpriu o papel que motivou sua criação e agora está gerando distorções, a começar pelo reforço às desigualdades do país. Os dados sobre

as captações para projetos culturais de 2014 mostram que São Paulo concentrou 42% do total geral de R\$ 1,3 bilhão, enquanto o Rio de Janeiro ficou com 25% e Minas Gerais, 10%.

Os estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste, com raras exceções, ficaram com percentuais sempre abaixo de 0,1%. Alagoas, na pior posição, foi contemplado com apenas 0,002% dos recursos, o equivalente a R\$ 30 mil.

Para o ministro, um dos grandes problemas do sistema é que o dinheiro deriva de impostos que o governo abre mão de cobrar de empresas patrocinadoras, que decidem em última instância quem irão financiar, entre as opções habilitadas pelo Ministério da Cultura.

“Se uma empresa vai associar sua marca, vai fazer com quem pode fortalecê-la. Um artista criativo que esteja contrariando o gosto comum, um artista com reverberação nas camadas de baixo poder aquisitivo, não interessa. Será uma seleção perversa, e pior, usando dinheiro público”, argumentou.

PATROCÍNIO ESTATAL

Quanto à distribuição territo-

rial dos recursos, motivo de críticas de vários senadores, o projeto do Procultura já prevê mecanismos de desconcentração. Antonio Anastasia (PSDB-MG) apelou ao ministro por uma solução provisória para facilitar essa concentração enquanto não se aprova a nova lei e pediu que governo negocie uma solução que obrigue desde já as estatais federais a destinar patrocínios para todos os estados, em percentuais equivalentes à participação de cada unidade da federação em termos de população.

ORÇAMENTO

Na audiência, o ministro apresentou as prioridades da pasta e aproveitou para pedir apoio dos parlamentares para outras propostas de interesse que tramitam no Congresso. Entre elas, está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 150/2003, ainda em exame na Câmara, que define recursos mínimos para os orçamentos da cultura.

O ministro disse também ver necessidade de complementação da regulamentação do direito autoral e manifestou satisfação com a apro-

vação pelo Congresso do texto que originou a chamada Lei da Cultura Viva (lei 13.018/2014), que garante condições mais efetivas para o funcionamento dos Pontos de Cultura, destinados a garantir o acesso da população às manifestações culturais das próprias comunidades.

CIDADES HISTÓRICAS

O senador Roberto Rocha (PSB-MA) questionou o ministro sobre a preservação de sítios e monumentos de cidades históricas. O senador lembrou que São Luiz (MA) enfrenta dificuldades para manter íntegro seu patrimônio arquitetônico do período colonial.

De acordo com o ministro, os recursos para restauração de sítios como esses cresceram nos últimos anos, chegando a R\$ 1,63 bilhão em 2015, com aplicação descentralizada, por meio de convênios com estados e municípios.

Com informações da Agência Senado

ROMÁRIO É ESCOLHIDO O RELATOR DO PROJETO QUE LIBERA BIOGRAFIAS NÃO AUTORIZADAS

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, senador Romário (PSB-RJ), anunciou na 11ª Sessão Extraordinária que seria relator do projeto de lei que garante a publicação de biografias não autorizadas de pessoas públicas ou aquelas cujos atos são de interesse da coletividade de (PLC 42/2014).

O ministro da Cultura, que participava de audiência pública na CE, manifestou seu apoio ao projeto. Para ele, não se pode aceitar que o biografado tenha o direito de dizer o que pode ser publicado sobre ele.

“Sou favorável ao projeto de biografias redigidas quando o autor tem direito à livre expressão. Entendo que aquele citado tem o direito de ir à Justiça e cobrar aquilo que for escrito de inverdade”

Senador Romário

“Isso foge de qualquer objetividade de a gente ter esse gênero respeitado no Brasil. Biografia é função de escritor, de historiador. O biografado que se sentir incomodado por com alguma inverdade pode recorrer com os mecanismos da legislação”, disse o ministro Juca Ferreira.

13^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

29 DE ABRIL DE 2015



CE DEBATE BOLSA PERMANÊNCIA, ALUNOS RECLAMAM DE ATRASOS

Em audiência pública promovida pela CE, o representante do Ministério da Educação (MEC), Thulio de Andrade Dantas, informou que a falta de recursos da pasta dificulta o estabelecimento de uma data fixa para o pagamento do Programa de Bolsa Permanência (PBP), do governo federal. Os estudantes reclamam de atrasos dos depósitos e da falta de um calendário específico, que

lhes dê mais segurança.

O PBP foi criado em 2013 para dar auxílio financeiro a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, indígenas e quilombolas matriculados em instituições de ensino superior. Em março de 2015 foram pagos aproximadamente 13 mil benefícios.

O coordenador-geral do MEC disse que o ministério só considera que há atraso se o pagamento demo-

rar mais de um mês para ser feito; o que, segundo ele, não ocorre.

“É preciso haver disponibilidade financeira para o FNDE [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação] fazer o pagamento. E nem sempre podemos garantir isso numa data específica”, informou.

REIVINDICAÇÕES

A coordenadora de Processos Educativos da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sirlene Bendazoli, lamentou o fato de o PBP não contemplar as universidades estaduais, embora em diversas regiões do Brasil sejam as responsáveis por atender a população indígena, um dos públicos-alvo do programa.

Além disso, segundo ela, algumas universidades não oferecem vagas em todos os cursos, o que provoca o deslocamento dos estudantes para longe de suas comunidades.

Avanilson Ijoraru Dias Aires Karajá, aluno beneficiário do PBP, pediu um aumento do valor da bolsa, que pode chegar hoje a R\$ 900, e a

variação conforme as cidades, visto que há lugares com custo de vida mais elevado.

“Em Brasília, por exemplo, o custo de vida é muito maior e o estudante não tem como sobreviver com esse valor”, argumentou.

O representante do Ministério da Educação descartou a possibilidade de estender o programa a instituições estaduais, pelo menos a curto prazo. Ele informou ainda que, uma vez participante do programa, a universidade tem a obrigação de oferecer bolsas para todos os cursos.

“A regra é clara: se é indígena matriculado, a universidade não pode selecionar os cursos”, disse.

Com informações da Agência Senado

“Quando se cria um programa desses, há um fim social enorme e a expectativa por parte beneficiado. Essas pessoas não têm outra fonte a não ser essa. Mesmo um atraso de dias significa desequilíbrio financeiro em suas vidas”

Senador Telmário Mota



Foto: José Cruz / Agência Brasil

14^a SESSÃO ORDINÁRIA

5 DE ABRIL DE 2015



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CRIA PRÊMIOS PARA JORNALISMO E POESIA

Profissionais que se destacarem na defesa da liberdade de imprensa e na poesia serão premiados pelo Senado Federal, segundo aprovação de resoluções na CE.

O PRS 1/2015, de autoria do senador José Medeiros (PPS-MT), cria o Prêmio de Jornalismo Roberto Civita e o Prêmio Personalidade Jornalística do Ano Ruy Mesquita.

Durante a votação foi aprovada uma emenda sugerida pelo relator, senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), para que o Prêmio Roberto Civita seja concedido a profissionais de qualquer área, jornalistas ou não,

que se destaquem na defesa da liberdade de imprensa, de expressão e das instituições democráticas.

A proposta original previa que o Prêmio Roberto Civita fosse concedido sempre a um jornalista, mas a mudança foi aprovada para que a nova premiação não se confunda com o Prêmio de Jornalismo Roberto Marinho, já criado pelo Senado. O Prêmio Personalidade Jornalística do Ano Ruy Mesquita deverá ser concedido todos os anos a um dirigente de veículo de comunicação.

A premiação deverá ser realizada anualmente, sempre na semana do dia 7 de junho. Os candidatos serão avaliados por uma comissão com-

posta por 11 senadores, levando-se em conta a proporcionalidade partidária. A comissão também será formada por cinco representantes da sociedade civil.

PRÊMIO MANOEL DE BARROS

Também foi aprovada pela CE a criação do Prêmio Mérito Literário Manoel de Barros de Poesia. O prêmio deverá ser concedido a cada dois anos, para três obras de poesia ou ensaio sobre poesia nacional. A premiação também prevê a impressão das obras dos agraciados.

Até o dia 19 de setembro do ano de cada edição, os candidatos podem se inscrever, com obras inéditas ou editadas no ano anterior. A seleção ficará a cargo de uma comissão designada pela própria CE.

A entrega do diploma deverá ocorrer na primeira quinzena do mês de novembro. A iniciativa do requerimento (PRS 58/2014) foi do ex-senador Ruben Figueiró e o relatório aprovado foi feito pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS).

“Essa premiação vai ser uma sementinha a mais no cultivo da obra eterna desse poeta. Que a inspiração de seu patrono propicie novos amanheceres para a poesia brasileira”

Senadora Simone Tebet

CE APROVA AUDIÊNCIAS PARA DEBATER A GESTÃO ESPORTIVA NO PAÍS

Gestão esportiva no Brasil será tema de audiências públicas na CE, que aprovou dois requerimentos com o objetivo de aprofundar a discussão sobre projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional sobre o assunto.

Um deles, de autoria do presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), propôs a realização de um seminário em conjunto com a Comissão de Esporte da Câmara dos Deputados para debater, entre outros temas, a responsabilidade fiscal das entidades desportivas.

Foram convidados, entre outros, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Marco Polo del Nero; o jornalista Juca Kfourir; um representante do Tribunal de Contas da União (TCU), um do Bom Senso Futebol Clube e um de clubes de futebol.

LEI PELÉ

A comissão também aprovou a proposta do senador Dário Berger (PMDB-SC) para que seja realizada uma audiência com o objetivo de instruir projeto que propõe modifi-

cações na Lei Pelé (PL 109/2014). O projeto trata da dispensa por justa causa de atletas e o pagamento de cláusula indenizatória.

Foram convidados, entre outros, os presidentes do Botafogo de Futebol e Regatas, Carlos Pereira; do Figueirense Futebol Clube, Wilfredo Brillinger; e representantes do Sindicato dos Atletas, do movimento Bom Senso Futebol Clube e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

POLÍTICA NACIONAL DO LIVRO SERÁ DISCUTIDA NA CE

Por sugestão da senadora Fátima Bezerra (PT-RN), foi aprovada ainda a realização de uma audiência pública para discutir a Política Nacional do

Livro, a definição de preço fixo para livros e a situação atual do mercado literário no país.

“É uma oportunidade para que discutamos a política de preço fixo

para o livro, que já existe com sucesso em alguns países, como a França”, defendeu a senadora.

Com informações da Agência Senado

MOÇÃO DE REPÚDIO

CE REPUDIA REPRESSÃO A PROFESSORES NO PARANÁ

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado emitiu uma nota de repúdio em sua 13ª Sessão contra o tratamento dado pela Polícia Militar (PM) do Paraná a uma manifestação de professores, em Curitiba, o que resultou em mais de 200 feridos.

Os professores protestavam contra a mudança no sistema de Previdência Social do estado. Como reiterou a moção de repúdio, lida pela senadora Fátima Bezerra (PT-RN), foram usados “cacetetes e cães” contra docentes que protestavam de forma legítima e democrática.

O texto da moção aprovada lembrou também que os professores do Paraná defendiam a valorização salarial da categoria e investimentos para um ensino público de qualidade.

“

*Foi um fato que
atingiu a honra não
só de quem estava
na manifestação,
mas de todos
os professores
de nosso país. A
sociedade não aceita
mais este tipo de
afronta.*

”

Segundo Moção dos Senadores



FOTO: WILSON DIAS / AGÊNCIA BRASIL (EBC)

15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

6 DE MAIO DE 2015



PL QUE OBRIGA CONTRIBUIÇÃO DE BOLSISTAS PRECISA DE MUDANÇAS

Especialistas defenderam mudanças no projeto de lei que obriga bolsistas de programas da União a colaborar trabalhando em escolas de educação básica depois de formados (PLS 224/2012). Em audiência na CE, os participantes foram unânimes em concordar com o mérito da iniciativa, mas manifestaram preocupação com a forma de colocar a proposta em prática para que não vire letra morta.

De autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o projeto determina que os universitários beneficiários de programas federais

de incentivo - como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Ciência sem Fronteiras - prestem serviços de divulgação, formação e informação científicas por pelo menos quatro horas semanais. Seria uma forma de os bolsistas devolverem à sociedade parte do conhecimento que adquiriram por meio de programas que consomem recursos públicos.

O diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC), Dilvo Ilvo Ristoff, alertou para a existência de dezenas de tipos de bolsas oferecidas atual-

mente pelo governo, o que dificultaria a aplicação da lei.

“Cada um dos programas tem um mundo próprio com peculiaridades. O projeto se aplica a todos esses bolsistas? Em caso afirmativo, teremos muitas dificuldades, pois são situações muito distintas. Temos bolsas de caráter totalmente social e outras mais meritocráticas, ligadas ao talento do estudante”, explicou.

Segundo ele, o texto do projeto deveria definir quais bolsistas seriam obrigados a colaborar ou deixar claro que caberá ao Ministério da Educação definir.

Para o secretário de Educação do Distrito Federal, Júlio Gregório Filho, a iniciativa é bem-vinda, mas não pode estar deslocada de um processo de reestruturação do currículo da educação básica.

“O projeto tem mérito, pois a interação entre universidade e educação básica é fundamental. Mas uma proposição como essa tem que estar acoplada à reforma curricular do ensino médio, senão vira uma coisa a mais para o gestor da escola administrar”, opinou.

O representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Adão Francisco de Oliveira, e a presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais

de Educação (Undime), Cleuza Repulho, disseram que é preciso avaliar a forma como a lei será aplicada. Para eles, a obrigatoriedade precisa ser reavaliada e, além disso, nem todas as áreas universitárias têm influência direta ou são necessárias à educação básica. Dessa forma, nem todos os bolsistas teriam condições de dar uma contribuição útil aos estudantes do ciclo básico.

RELATÓRIO

Depois de ouvir os convidados, a relatora do projeto, senadora Ana Amélia (PP-RS), informou que as sugestões apresentadas vão ser levadas em conta na elaboração do relatório.

Ela disse que compreendeu o espírito da proposta, que é compartilhar com a sociedade um benefício pago por ela mesma aos bolsistas.

A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) disse que, pela complexidade, é preciso debater mais o assunto. Para ela, a ideia é boa, todavia, “o país está cheio de leis que não passam de boas ideias”.

Com informações da Agência Senado.



16ª SESSÃO ORDINÁRIA

12 DE MAIO DE 2015



AUTORIZAÇÃO PARA BUSCAR CRIANÇA NA ESCOLA TERÁ DE SER DADA NA MATRÍCULA

ACE aprovou projeto que obriga escolas públicas de educação básica a registrarem, no ato da matrícula, os nomes das pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para tratar de interesses do aluno, além dos próprios pais ou representantes legais. O objetivo é ampliar o controle de acesso, evitando a presença de gente estranha no ambiente escolar.

Os senadores optaram por manter o texto original do senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (PLS 572/2011), em vez do substitutivo em exame (SCD 7/2015), proposto pela Câmara dos Deputados quando a matéria tramitou na Casa.

Essa alteração proposta pelo projeto de lei representa uma alteração ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, com a aprovação da CE, seguiu para deliberação do Plenário do Senado.

Há apenas uma diferença de redação entre o texto original e o do substitutivo. Nesse, os demais autorizados a ingressarem na escola para tratar de assuntos de interesse do aluno seriam também obrigados a manter seus dados atualizados durante o ano letivo, e não apenas os pais.

A relatora da matéria, senadora Ana Amélia (PP-RS), ao defender o texto original, considerou desnecessária a exigência. Segundo ela, caso

a lista elaborada no ato da matrícula fique desatualizada, os responsáveis principais “sentirão, pelas próprias circunstâncias, a necessidade de realizar as alterações pertinentes”.

CONTROLE

No debate, Ana Amélia salientou que a matéria propõe uma medida simples e ao mesmo tempo relevante para aumentar a segurança dos estudantes.

O senador Paulo Bauer disse que sua intenção foi exatamente contribuir com a segurança dos alunos.

Com informações da Agência Senado

LEONEL BRIZOLA É INCLUÍDO NO LIVRO DOS HERÓIS DA PÁTRIA

O nome de Leonel Brizola teve a aprovação da CE para ser incluído no Livro dos Heróis da Pátria. Lançado na vida política por Getúlio Vargas, ele foi o único político do país eleito em votação popular para governar dois estados diferentes — Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Também se notabilizou pela atenção que sempre deu ao tema da educação e pela resistência ao regime militar instalado em 1964.

O projeto de lei aprovado pela CE teve origem na Câmara dos Deputados e seguiu para o Plenário do Senado para decisão final. De autoria do ex-deputado Vieira da Cunha, o projeto (PLC 67/2014) também altera a legislação para diminuir a exigência de 50 anos da morte do homenageado para a inclusão de seu nome no livro para dez anos.

Para Vieira da Cunha, é de fato necessário um período de tempo entre a data da morte e a edição de lei para que os homenageados ganhem lugar no Livro dos Heróis. Porém, considera que 50 anos “é tempo excessivamente longo, que não se justifica”.

O Livro dos Heróis da Pátria fica exposto no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, e serve de homenagem aos brasileiros que se destacaram em defesa do país. Nele estão inscritos, entre outros, Tiradentes, Zumbi dos Palmares e Santos Dumont.

PAPEL MARCANTE

A relatora da matéria na CE, senadora Ana Amélia (PP-RS), se manifestou a favor da aprovação do projeto. Mesmo sem ter chegado ao posto de presidente da República, conforme assinalou, Brizola marcou a história do Brasil e merece todo o reconhecimento.

Entre outros fatos, ela citou a atenção especial que Brizola sempre deu à educação, desde seu governo no Rio Grande do Sul. Lembrou que, no Rio de Janeiro, o político criou os Centros Integrados de Educação Pública, os conhecidos Cieps,

escolas de tempo integral com toda a infraestrutura para estimular a aprendizagem.

“Penso que a proposição para incluir seu nome no Livro dos Heróis é uma homenagem mais do que merecida”, disse a senadora.

Cristovam Buarque (PDT-DF) destacou o papel de Brizola para garantir a posse do vice-presidente João Goulart no lugar de Jânio Quadros, que renunciou ao posto em 1961. Para isso, formou a chamada Rede da Legalidade, conectando emissoras de rádio de todo o país em defesa de uma solução constitucional ante a ameaça da instalação de um regime militar.

“A Rede da Legalidade foi um marco da história desse país, o marco de uma ação de cidadania e uma demonstração de como alguém pode pegar o microfone e resistir, já que não tinha acesso a canhões para enfrentar os militares”, argumentou.

Lídice da Mata (PSB-BA) lembrou que, em sua reentrada na vida política após o retorno do exílio, Brizola apresentou ao país sua proposta de um “socialismo moreno”, ideia acompanhada de “forte abordagem da questão racial”. Por isso, atraiu para os quadros do Partido Democrático Trabalhista (PDT), que ele criou, destacadas lideranças do movimento negro, como Abdias Nascimento, que foi senador; e Carlos Alberto Oliveira, que chegou à Câmara dos Deputados

HISTÓRICO

Filho de camponeses pobres, Brizola nasceu em Carazinho, município do interior do Rio Grande do Sul, no dia 22 de janeiro de 1922. Batizado como Itagiba de Moura Brizola, cedo adotou o nome de um líder da Revolução de 1923, Leonel Rocha.

Com 23 anos de idade, Leonel Brizola foi um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Rio Grande do Sul. Um ano depois, em 1946, foi eleito deputado estadual, iniciando sua longa car-

reira política. Em 1958, Brizola se elegeu governador do Rio Grande do Sul.

Após o golpe militar de 1964, Brizola, se exilou no Uruguai. Em 1979, beneficiado pela Lei da Anistia, retornou ao país. No mesmo ano, fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT), retomando sua vida política.

Em 1982, Leonel Brizola foi eleito governador do estado do Rio de Janeiro, cargo para o qual foi novamente eleito em 1990.

Brizola faleceu aos 82 anos, em 21 de junho de 2004. No ano passado, portanto, completaram-se os dez anos de sua morte.

Com informações da Agência Senado

“A luta de Brizola se inspirou em Joaquim Nabuco quando abordou a educação e soube, com toda perspicácia, destacar a bandeira da questão racial, que até então os partidos de esquerda consideravam menor, já que não se referia à luta de classe”

Senadora Lídice da Mata

17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

13 DE MAIO DE 2015



ESPECIALISTAS DEFENDEM REFORMA DO FUNDEB EM AUDIÊNCIA

O esgotamento do potencial do Fundo Nacional de Educação (Fundeb) para dar conta dos desafios para a melhoria da educação brasileira foi ressaltado por debatedores que participaram de audiência pública na CE. Para eles, os custos exigidos para a educação vão além da capacidade dos municípios e a solução é ampliar a participação federal no financiamento do ensino básico. Por isso, entendem que o fundo precisa ser reformulado antes mesmo do fim de sua vigência, em 2020, em que uma revisão do pacto federativo

que envolveu sua criação terá de ser feita.

“Há uma crise instalada e ela é de grandes proporções. Uma delas diz respeito ao piso nacional dos professores”, disse o membro do Conselho Nacional de Educação (CNE), Cesar Callegari.

Callegari, que integra a Câmara de Educação Básica do CNE, observou que, em 2015, pela primeira vez, o volume de recursos destinados ao Fundeb será menor em relação ao ano imediatamente anterior, em decorrência da crise econômica, que reduz a arrecadação de tributos.

CUSTO-ALUNO

A audiência debateu a implantação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), a pedido da senadora Fátima Bezerra (PT-RN), que dividiu com o presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), a coordenação dos trabalhos. A partir de sua implantação, o CAQ vai servir de parâmetro para o cálculo das despesas com o ensino básico.

Para se chegar ao gasto por aluno, em cada nível de ensino, o cálculo deve incluir salas com número ideal de estudantes, equipamentos adequados, como computadores e

material didático, boa infraestrutura (laboratórios, bibliotecas e quadras esportivas, por exemplo), além de professores bem remunerados e capacitados.

O atual Plano Nacional de Educação (PNE) (lei 13.005/ 2014) estabeleceu uma modulação temporal para a adoção do novo referencial de financiamento e estipulou prazo de dois anos, até julho de 2016, para a implantação do Custo-Aluno Qualidade Inicial (CAQi), pautado em padrões mínimos para se atingir uma educação de qualidade. Depois, os valores serão progressivamente reajustados até se atingir o valor ideal, que se transformará no CAQ e espelhará padrões de gastos próximos aos de países mais avançados.

LENTIDÃO

Houve críticas ao Ministério da Educação (MEC) na audiência, em relação à lentidão órgão para homologar o parecer do Conselho Nacional de Educação que consolida a base de cálculo do CAQi.

De acordo com o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE), Daniel Cara, é possível que o CAQi seja implantado por meio do Fundeb, que complementa os gastos com educação feitos nos estados e nos municípios que não conseguem atingir o piso básico por aluno. Nesse caso, o governo federal teria que aportar adicionalmente R\$ 0,30 centavos ao fundo, por aluno. Assim, a contribuição da União subiria de R\$ 0,10 para R\$ 0,40 centavos.

Com base no ano de 2012, em que o governo destinou R\$ 9,4 bilhões ao Fundeb, Cara disse que o complemento teria que chegar a R\$ 46,4 bilhões – o que significaria a União gastar mais 1% do Produto Interno Bruto (PIB), de forma a garantir o novo padrão de financiamento. Se isso acontecer, segundo o coordenador da CNDE, municípios, estados e União passariam a gastar, em termos médios, cada um, cerca de R\$ 0,35 centavos por aluno, em uma distribuição mais justa dos gastos.

A diretora de Articulação com os

Sistemas de Ensino do MEC (SASE/ MEC), Flávia Nogueira, procurou transmitir tranquilidade quanto ao cumprimento do prazo para a aplicação do novo parâmetro de financiamento. Segundo ela, o mecanismo deverá ser implantado dentro do período de dois anos estabelecido no PNE.

Ela admitiu que dentro do órgão há diferentes visões sobre a modelagem do conceito aluno-qualidade, mas assegurou que, ao fim, haverá uma solução consensual.

“A LDB [Lei de Diretrizes e Bases] deve voltar a receber um capítulo sobre o novo sistema e aí o conceito aluno-qualidade deve estar presente”, adiantou.

Participaram também da audiência o diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna, Mozart Neves Ramos, e a vice-presidente da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped/Região Sul), Andréa Gouveia.

Com informações da Agência Senado



18ª SESSÃO ORDINÁRIA

19 DE MAIO DE 2015



SENADO RECONHECE CARÁTER EDUCACIONAL DA CAPOEIRA

ACE aprovou em caráter terminativo e por unanimidade o projeto de lei que permite a integração do ensino da capoeira nos projetos pedagógicos de instituições públicas e privadas de ensino básico (PLS 17/2014). De acordo com o projeto, reconhece-se o caráter educacional e formativo da capoeira, assim como o valor da atividade nos âmbitos cultural e esportivo.

O texto, de autoria do ex-senador Gim Argello, autoriza que escolas tanto públicas quanto privadas celebrem parcerias com associações ou entidades similares que repre-

sentem ou reúnam profissionais de capoeira.

Fica autorizado, ainda, que a capoeira seja inserida no programa pedagógico de qualquer disciplina, e não só em Educação Física. Dessa forma, a atividade pode ser enquadrada como luta, dança ou mesmo um esporte. Ficará a critério das escolas como aproveitar a capoeira de forma pedagógica.

A relatoria do PLS foi do senador Otto Alencar (PSD-BA), aplaudido pelos parlamentares presentes na comissão, que ainda o assistiram tocar berimbau em homenagem aos capoeiristas.

Romário (PSB-RJ), ao presidir a Comissão, lembrou o aproveitamento da capoeira em trabalhos com pessoas com deficiência.

O PLS seguiu para deliberação da Câmara dos Deputados.

“A capoeira é usada no tratamento das pessoas com deficiência para melhoras de qualidade de vida”

Senador Romário

APROVADO PROJETO QUE CONCEDE INCENTIVOS FISCAIS PARA CAPACITAÇÃO

Um importante projeto de incentivo à educação foi aprovado na 18ª Sessão da CE. As empresas que investirem na educação de seus funcionários poderão ter dedução de imposto de renda, conforme estabelece o Projeto de Lei do Senado Federal (PLS) 37 de 2012.

O texto que passou pela comissão revigora os efeitos da Lei 6.297 de 1975, que instituiu a dedução no imposto de renda do dobro investido por pessoas jurídicas na capacitação e na formação de seus profissionais. De acordo com o PL votado pelos senadores, o valor total deduzido pelas empresas não poderá exceder 10% do lucro tributável em cada exercício financeiro, podendo as despesas não deduzidas no exercício financeiro correspondente serem transferidas para dedução nos três exercícios financeiros seguintes.

“Apesar dos avanços de cobertura em todos os níveis de ensino, a qualidade da educação básica pública ainda é bastante deficiente e a oferta de vagas nas universidades públicas não acompanha o crescimento da demanda”

Senador Gladson Camelli

As empresas podem deduzir os gastos feitos com a formação profissional de seus empregados em cursos de nível médio e superior, assim como em atividades e cursos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Segundo estabelece o projeto, despesas com a construção ou a instalação de centros de formação profissional e com equipamentos também poderão ser deduzidas para fins de tributação.

Esse investimento não substitui ou complementa a remuneração devida ao trabalhador, tampouco incide sobre os encargos trabalhistas e previdenciários a serem pagos.

O texto já havia tramitado pela Câmara dos Deputados e seguiu para deliberação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em caráter terminativo.

SENADO APROVA PL QUE FOMENTA A CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS

A CE votou a favor do projeto de lei que incentiva a criação de entidades representativas de estudantes de educação básica – que inclui a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio (PLS 80/2014). O projeto, de autoria do ex-senador Pedro Taques, foi aprovado pela comissão em caráter terminativo e seguiu para a Câmara dos Deputados.

De acordo com esse PL, de relatoria do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), altera-se a lei 7.398 de 1985,

que passaria a vigorar acrescida de texto que menciona a garantia de livre associação dos estudantes, voltada a diversas atividades, inclusive, a de monitoramento da gestão educacional e financeira da instituição à qual pertencem.

Além da livre associação, os alunos do ensino básico ainda serão incentivados a criar organizações estudantis, com autonomia de atuação. Segundo o projeto, as instituições de ensino colaborarão com os estudantes na formação dessas associações

e cederão espaço físico e mobiliário para reuniões, se necessário.

19^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

20 DE MAIO DE 2015



CONSUMO DE MEDICAMENTOS CONTROLADOS AUMENTA 161%

O consumo de medicamentos controlados aumentou de 113 mil caixas, em 2009, para quase 295 mil, em 2014, segundo o Registro Nacional de Fornecimento de Medicamentos Controlados aos Usuários, do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Os dados mostram o aumento equivalente a 161%.

O estado de São Paulo responde pelo maior volume no consumo desses medicamentos, mas Goiás, Distrito Federal e Espírito Santo lideram o ranking quando a quantidade

é considerada proporcionalmente. Os dados da Anvisa foram divulgados durante audiência pública na CE, em que foi debatido o uso de anabolizantes.

Para a superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa, Meiruze Sousa Freitas, os dados que mostram o aumento do consumo reflete o avanço da própria implantação do sistema, que substituiu o antigo controle da entrega dos produtos por meio de livros de registros.

De todo modo, ela disse que os dados ainda precisam ser mais bem avaliados, para uma compreensão segura sobre o consumo de medi-

camentos controlados, submetidos a prescrição médica e retenção da receita pelas farmácias.

“O perfil do consumo precisa de melhor estudo e precisamos levar também em consideração o tipo de droga que está sendo dispensada ao usuário” avaliou Meiruze.

ESTEROIDES ANABOLIZANTES

O objetivo da audiência da CE foi fazer uma coleta de informações sobre o registro, o controle e a fiscalização da venda de esteroides anabólicos ou peptídeos anabolizantes.

Os esteroides e os anabolizan-

tes são derivados da testosterona e importantes substâncias de uso terapêutico. O problema é quando são usadas de forma contraindicada, especialmente com o objetivo de estimular o crescimento e o fortalecimento muscular – como em casos de fisiculturismo ou de ganho muscular de forma rápida. São frequentes notícias de uso desses medicamentos por atletas e frequentadores de academias, expondo a saúde a graves riscos.

O pedido de audiência foi do senador Telmário Mota (PDT-RR), que coordenou o debate depois de o presidente da CE, Romário (PSB-RJ), abrir os trabalhos. Telmário Mota é o relator de projeto que obriga estabelecimentos esportivos, academias de ginástica e clubes a afixarem em suas dependências, em locais visíveis, advertências quanto aos malefícios do uso indiscriminado dos esteroides ou peptídeos anabolizantes, suas consequências e penalidades legais.

A representante da Anvisa esclareceu que são registrados no órgão 76 diferentes tipos de esteroides, mas que apenas 25 deles (32%) estão sendo comercializados no mercado

nacional. Segundo Meiruze, muitos desses produtos são antigos e muito baratos e essa é a possível razão do desinteresse dos laboratórios na sua fabricação.

CLICK SAUDÁVEL

Sobre ações para a divulgação dos malefícios por uso indevido dos esteroides anabolizantes, ela destacou o projeto Click Saudável, um portal eletrônico criado com o objetivo de auxiliar a população a tomar decisões seguras e conscientes sobre o uso de produtos de saúde. Desenvolvido em parceria com a empresa Mercado Livre, que atua no comércio eletrônico, o site destaca o uso de anabolizantes. O usuário pode acessar até uma lista de produtos falsificados já identificados no mercado.

“Se falsificados, os riscos são ainda maiores para os usuários. Aí é uma seara que não se conhece, sem garantia sobre as características e a pureza dos produtos”, alertou.

No campo da fiscalização, a expositora esclareceu que as ações resultam de busca ativa em sites ou a partir de denúncias recebidas.

Podem resultar em suspensão de comercialização, além de suspensão da veiculação de propagandas. Juntamente com a Polícia Federal, há também ações em locais de venda irregular. No ano passado, informou, foram apreendidos 61 lotes de produtos.

RISCOS

Os esteroides ou anabolizantes são indicados para tratamento de doenças crônicas e patologias graves. O consumo impróprio e sem acompanhamento médico pode causar alteração das taxas de colesterol, distúrbios na coagulação do sangue, hipertensão, tumores no fígado e no pâncreas, ataque cardíaco e até morte. Nas mulheres, os efeitos incluem o engrossamento da voz, surgimento de pelos no corpo e no rosto, a perda de cabelo, crescimento anormal do clitóris e até câncer de ovário.

Os homens podem apresentar redução da libido, da produção de esperma, além de impotência sexual, infertilidade, dificuldade ou dor ao urinar, calvície e insônia.

Com informações da Agência Senado

“É importante saber se a Anvisa já dispõe de regulamentação, como trata o uso desses medicamentos e como a população está sendo informada sobre os riscos”
Senador Telmário Mota



20ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

26 DE MAIO DE 2015



CORTE ORÇAMENTÁRIO NÃO DEVERÁ INVIABILIZAR PÁTRIA EDUCADORA

O corte de R\$ 9,42 bilhões nos recursos do Ministério da Educação (MEC) previsto para 2015 (19,3% do orçamento da pasta) não deverá inviabilizar a implementação do projeto Pátria Educadora, segundo o então ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Mangabeira Unger. Ele participou de audiência pública na CE para um debate sobre o programa do governo federal.

“Não há contradição entre a necessidade de absorver os cortes e o compromisso do projeto de qualificação do ensino básico. Primeiro, porque os cortes são temporários e de curto prazo, enquanto o Pátria Educadora é de médio e longo prazo. Segundo, porque os cortes têm a ver com o Fies [Fundo de Financiamento Estudantil] e o Pronatec [Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego], que se destinam a ampliar o acesso ao ensino, e o ‘Pá-

tria tem a ver com a qualificação do ensino. Terceiro, porque muitas das medidas propostas no Pátria Educadora não custam um único centavo, como um novo desenho federativo para a educação pública”, explicou o ministro.

PISO

Apesar de reconhecer que uma remuneração digna aos professores é elemento “imprescindível” nesse

processo de qualificação, o ministro acredita que “o aumento do salário, por si só, costuma não produzir muito resultado”.

“Não se pode permitir que o debate sobre as diretrizes [do projeto] seja devorado sobre o debate do piso salarial, que é importante, mas subsidiário”, disse Mangabeira, considerando ser mais necessário definir a estratégia de progressão na carreira.

As ponderações do ministro sobre o piso salarial geraram reações das senadoras Simone Tebet (PM-DB-MS) e Fátima Bezerra (PT-RN). Simone disse acreditar que a estruturação do piso é tão importante quanto a da carreira e observou que os baixos salários acabam afastando

professores de sua vocação. Já Fátima sustentou não ser possível negligenciar as metas 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE), que tratam, respectivamente, de remuneração e qualidade do ensino.

“OBRA LIBERTADORA”

Os senadores Telmário Mota (PDT-RR) e Marta Suplicy (PT-SP) indagaram o ministro sobre os desafios de colocar o projeto Pátria Educadora em prática. Mangabeira arriscou duas possibilidades como ponto de partida: a apresentação, pelo governo, de um currículo nacional até meados de 2016 (exigência do PNE) e o desenho de uma coope-

ração federativa em torno da educação básica.

“O constrangimento do ajuste fiscal não é razão para adiar essa iniciativa. Essas duas ações conjuntas custam ideias e negociação, mas não dinheiro”, reiterou o ministro, pedindo a ajuda do Senado para “chamar toda a nação a participar dessa obra libertadora”.

A audiência pública sobre o projeto Pátria Educadora foi solicitada em requerimento conjunto dos senadores Ana Amélia (PP-RS), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Simone Tebet.

Com informações da Agência Senado



21ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

26 DE MAIO DE 2015



PROJETO INSTITUI TRABALHO SOCIAL PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE

A CE aprovou em sua 21ª reunião de 2015 requerimento para a realização de audiência pública sobre a obrigatoriedade de médicos recém-formados exercerem a profissão por dois anos em municípios com menos de 30 mil habitantes ou em comunidades carentes de regiões metropolitanas, segundo estabelece projeto de lei na pauta da comissão (PLS 168/2012). De acordo com o PL, a medida seria válida tanto para recém-formados em universidades públicas quanto para os de instituições particulares com financiamento público.

A audiência foi requerida pelo relator da matéria na CE, senador

Paulo Paim (PT-RS), que disse que o debate será uma oportunidade para os senadores ouvirem as entidades envolvidas e formarem opinião para a votação da matéria.

“É uma boa polêmica e por isso estou pedindo uma audiência pública e chamando todas as partes interessadas”

Senador Paulo Paim

De autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o projeto institui o chamado “exercício social da profissão” para recém-formados na área de saúde que tiveram a graduação custeada com recursos públicos. O serviço deverá ser feito imediatamente após a conclusão do curso, em jornada integral e exclusiva de 40 horas semanais, com contrato regular de trabalho, financiado pela rede de saúde à qual o médico recém-formado estiver vinculado.

Paim apresentou substitutivo favorável ao PLS 168 e pela prejudicialidade do PLS 79/2013, do ex-senador Jayme Campos, que tramita em conjunto. A matéria chegou a ser incluída na agenda da comissão em

março, mas foi retirada da pauta a pedido do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO).

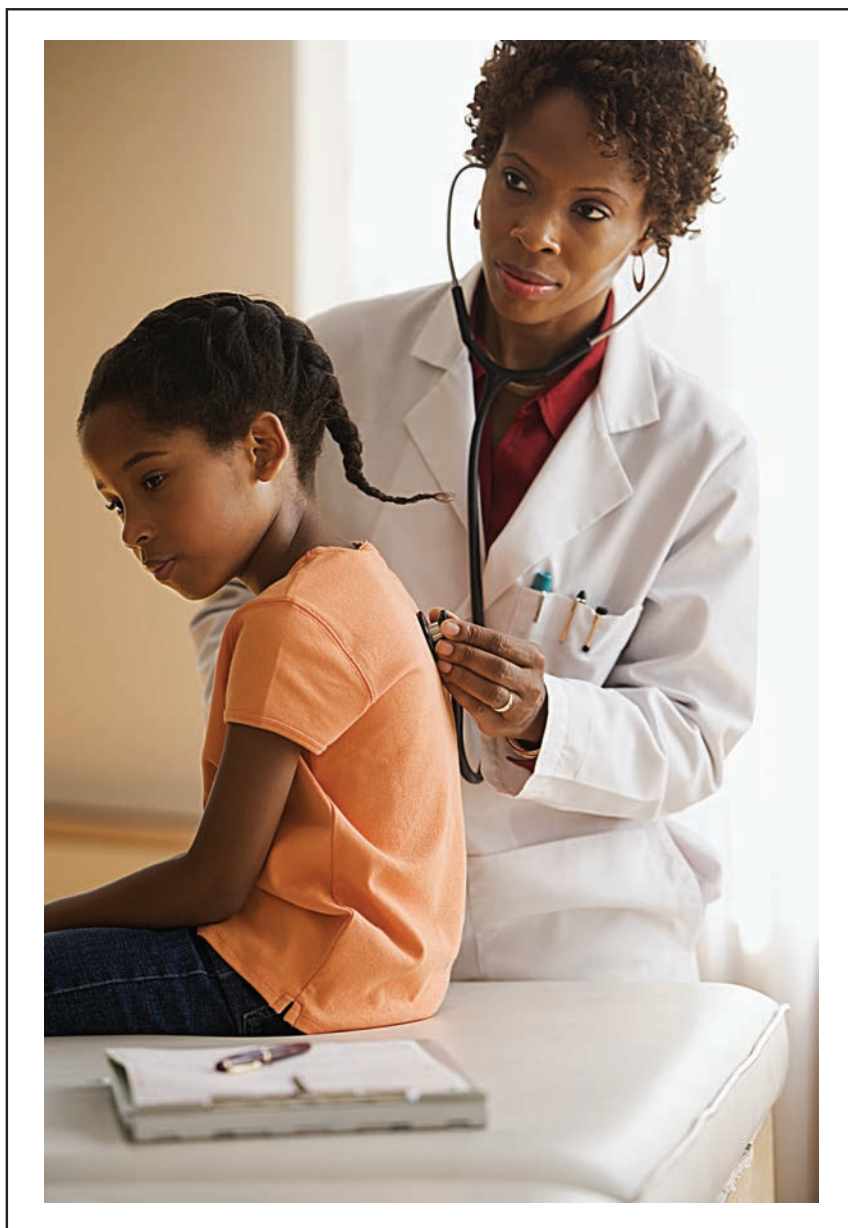
O relator sugere, em vez da obrigatoriedade do serviço social, o acesso amplo e irrestrito dos recém-formados em Medicina ao Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab), que oferece a oportunidade aos profissionais de saúde de atuar, durante um ano, em diversas localidades carentes.

Já a senadora Simone Tebet (PMDB-MS) sugeriu substituir a obrigatoriedade de participação no serviço social pela livre adesão de estudantes beneficiados pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que teriam como contrapartida a isenção das parcelas do financiamento. Também como sugestão, o senador Lasier Martins (PDT-RS) levantou a hipótese de esta exigência ser estendida a recém-formados de outras

áreas, como advogados, engenheiros e arquitetos.

Durante a discussão da matéria em março na CE, Paulo Paim e Cristovam Buarque consideraram a possibilidade de revisão da proposta.

Com informações da Agência Senado



22ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

27 DE MAIO DE 2015



AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE MAIS APOIO AO FUTEBOL FEMININO

ACE promoveu uma audiência pública em sua 22ª Sessão Extraordinária para discutir a situação do futebol feminino no país. Durante o debate, os participantes reivindicaram mais incentivo financeiro ao esporte e um calendário ao longo do ano.

A vice-presidente da CE, senadora Fátima Bezerra (PT-RN), ressaltou que esporte tem de ser visto como um fator de inclusão social e que o governo precisa unificar políticas e ações dos diversos ministérios envolvidos com o tema. Ela sugeriu que o Ministério do Esporte atualize a Lei de Incentivo ao Esporte, cuja vigência termina em 2015.

O presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), questionou a falta de apoio ao futebol feminino e lamentou que muitas meninas não têm a oportunidade de demonstrar e desenvolver seus talentos para o esporte.

“Quantas Martas estamos perdendo a cada ano? É justamente contra essa falta de apoio, descaso e esquecimento que a comissão hoje se insurge, servindo de espaço para debatermos a história, os desafios e, sobretudo, a oportunidade que coloca no horizonte o futebol feminino”, disse Romário, citando Marta, a jogadora cinco vezes eleita a melhor do mundo.

“As mulheres são livres para jogar, mas a falta de acesso a instrumentos de organização, divulgação e financiamento ameaçam seriamente o futuro do esporte. Vários países estão nos ultrapassando, especialmente no que diz respeito ao financiamento das categorias de base”
Senador Romário

Para o diretor de Futebol Feminino da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Marco Aurélio Cunha, o incremento do futebol feminino passa por uma série de ações que não cabe somente à CBF resolver. A primeira delas é papel das escolas, que devem incentivar o jogo misto, com meninos e meninas brincando juntos, o que já é feito em países desenvolvidos e com destaque no cenário internacional na categoria.

“Por que o menino recebe uma bola de futebol e a menina vai jogar queimada? A separação só deve ocorrer com o crescimento das crianças. Na formação básica pode-se misturar. E é assim nos países mais desenvolvidos, como Suécia, Canadá, Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul e Alemanha. Será que eles estão errados?”, questionou Cunha.

De acordo com a coordenadora-geral de Direitos do Trabalho das Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) da Presidência da República, Beatriz Gregory, ações afirmativas concretas em relação às mulheres demandam que elas estejam em posições de comando para que elas possam impulsionar iniciativas de construção de liderança e empoderamento.

LEGADO

A CBF foi alvo de críticas do presidente da Associação Fifa-Cies-FGV Alumini (AFCFA), Marco Antonio Teixeira, que reclamou da postura da instituição em relação ao legado da Copa de 2014. Segundo ele, a CBF tem planos “meramente políticos” de construir 15 centros de treinamento (CTs) nas cidades que não receberam jogos da competição.

De acordo com o presidente da associação, um CT não sai por menos de R\$ 9 milhões, com R\$ 200 mil pode se construir ou reformar uma quadra.

“Não pode ser assim. O legado da Copa é do povo e a CBF não pode decidir sozinha o que fazer. Ainda dá tempo porque não começaram as construções. A previsão de entrega é de março de 2018, um mês após a eleição na entidade. Evidentemente é um projeto político”, disse o representante da AFCFA.

O senador Omar Aziz (PSD-AM) propôs que as escolas particulares mantenham suas equipes femininas de futebol. O senador, que foi governador do Amazonas, admitiu que não faria novamente uma arena como a construída em Manaus para receber

os jogos da Copa do Mundo. Segundo ele, o empreendimento só gerou dívidas para a população.

“Fui governador e construí uma arena. Se me perguntassem se faria de novo, não faria. O custo-benefício para a população amazonense foi só endividamento. Ainda fiz dois CTs para duas seleções treinarem porque fui obrigado e estão lá hoje servindo a um futebol que está na série D”, lamentou o senador.

Também participaram da audiência da CE a jogadora da seleção brasileira Débora de Oliveira, a Debinha; o embaixador do Reino Unido, Alexander Ellis; a secretária do Esporte e Lazer do Distrito Federal, Leila Barros; a coordenadora-geral de Futebol Profissional do Ministério do Esporte, Mariléia dos Santos, conhecida no meio esportivo como Michael Jackson; o diretor de Marketing da Caixa Econômica Federal (CEF), Gerson Bordignon; e o secretário de Futebol do Ministério do Esporte, Rogério Haman.

Com informações da Agência Senado.

AO COMENTAR PRISÃO DE MARIN, ROMÁRIO DIZ QUE “LUGAR DE LADRÃO É NA CADEIA”

O presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), comentou em audiência pública a prisão do ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) José Maria Marin, na Suíça, e lamentou de a detenção não ter sido feita pela polícia brasileira.

O senador também chamou de “ladrão, safado e ordinário” o atual presidente da CBF, Marco Polo Del Nero, e disse que há corrupção no futebol por causa de pessoas que não estão interessadas em ajudar, mas em ganhar dinheiro.

“Corruptos e ladrões que fazem mal ao futebol foram presos, inclusive José Maria Marin. Ladrão tem que ir para cadeia. Parabéns ao FBI. Infelizmente não foi a gente quem prendeu”

Senador Romário

INVESTIGAÇÃO INTERNACIONAL

José Maria Marin foi preso com outros seis dirigentes em um hotel em Zurique, na Suíça, onde participavam de um congresso da Federação Internacional do Futebol (FIFA), órgão que comanda o futebol em todo o mundo. Eles são investigados por autoridades norte-americanas e acusados de corrupção.

Com informações da Agência Senado.

23ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

28 DE MAIO DE 2015



LÚPUS: FALHAS DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO PREJUDICAM PACIENTES

O lúpus é uma doença autoimune - quando o corpo produz anticorpos contra si - e que afeta 150 em cada 100 mil brasileiros. O desconhecimento dos sintomas pela população, a falta de preparo das equipes de saúde primária para o diagnóstico e as dificuldades de acesso a medicamentos modernos e tratamento adequado, principalmente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), são alguns dos principais problemas enfrentados pelas pessoas que têm a doença. Por isso, o tema foi discutido em audiência pública na CE.

O representante da Associação Nacional de Grupos de Pacientes

Reumáticos (Anapar), Carlos Eduardo Tenório, é um exemplo dos transtornos causados por essas falhas. Dos 13 aos 32 anos peregrinou em busca de tratamento sem que os médicos desconfiassem de sua condição, mesmo vivendo em São Paulo.

Foram 19 anos que “trouxeram sequelas irreversíveis”, disse ele. Depois de diagnosticado, o tratamento prolongado com o corticoide, medicamento temido por seus efeitos colaterais, trouxe mais problemas ainda, levando-o pouco tempo depois a uma aposentadoria por invalidez.

“‘Corticoide’. Não suporto nem ouvir essa palavra, e acredito que muitos pacientes também não, por-

que sabem as reações e os danos que trazem a nós. Nosso sonho é não ter que usar ou ter o menor uso possível dessa medicação. Existem opções, mas não temos acesso”, lamentou.

Por isso, a garantia a remédios mais modernos são essenciais para a qualidade de vida de pacientes com lúpus. Para Carlos Eduardo, nesse âmbito, tanto o SUS quanto os planos de saúde são falhos. Ele mencionou na audiência casos em que operadoras privadas de saúde autorizam o uso de um medicamento, a internação e o tratamento e depois suspendem o atendimento sem justificativas plausíveis.

“As operadoras brincam com os pacientes. Liberam um tratamento e

o interrompem, nos largam no meio do caminho”, reclamou.

Para o representante da Anapar, tem de haver a aprovação de uma legislação federal sobre o tema. Hoje, há alguns estados com legislação própria, quase sempre sem regulamentação, o que a impede de ser praticada.

DOENÇA

O médico e professor na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) Roger Levy explicou que o lúpus é uma doença complexa, mas, ao contrário de alguns anos atrás, quando 50% dos doentes morriam, hoje a expectativa de vida chega a 90%.

Segundo o médico, a enfermidade tem origem genética, atinge mais mulheres do que homens, em uma proporção de 10 para 1, e é mais frequente nas populações afrodescendentes e hispânicas. Afeta principalmente a pele, as mucosas, os rins e o sistema nervoso central.

De acordo com ele, o que causa mais mortes relacionadas à doença são os efeitos colaterais do tratamento, principalmente o uso prolongado de corticoides, para tratar as inflamações. O uso desse tipo de medicamento frequentemente ataca os rins, muitas vezes de forma irreversível, e causa outros males como sangramentos gastrointestinais;

desgastes ósseos, nas articulações e osteoporose; afeta os olhos; causa hipertensão; além de ocasionar depressão, insônia e outras complicações.

“Podemos melhorar a atividade da doença, mas o dano acumulado, irreversível, vai aumentando ao longo do tempo, pelo uso do corticoide. E o tratamento não pode ser pior que a doença”, opinou Roger Levy.

O presidente da Comissão de Lúpus da Sociedade Brasileira de Reumatologia, Eduardo Borba, informou que tratamentos rápidos são fundamentais para garantir qualidade de vida ao doente.

Borba revelou ainda que a mortalidade de uma pessoa com lúpus é de cinco a dez vezes maior do que a da população em geral, mesmo com o tratamento. De 18% a 33% enfrentam situação tão crítica que se tornam incapazes para o trabalho, ou seja, um terço dos doentes, em idade ativa, não pode exercer atividades laborais. As mulheres jovens, de até 30 anos, são as mais afetadas.

O representante das instituições de autogestão em saúde, Walter Lyrio do Valle, pediu atenção do governo para a questão tributária, que encarece as medicações para as doenças raras e praticamente inviabiliza tratamentos ou sobrecarrega o SUS com demandas judiciais. Ele chegou a pedir a quebra de patentes, a exemplo do que aconteceu no tratamento com a Aids.

LEI

O presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), autor do requerimento para a realização da audiência, anunciou na reunião a apresentação de projeto de lei que cria a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre Lúpus (PLS 322/2015). A proposta prevê, entre outras ações, saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), prioridade no preenchimento de vagas do Programa Universidade Para Todos (Prouni) e isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a aquisição de automóveis.

“Eu entendo a dor dos pacientes pela falta de política pública e pela falta de interesse de órgãos que se dizem competentes, mas que infelizmente não têm competência nenhuma. Espero que leis como essa possam ser de grande benefício e importância para essas pessoas”, disse o senador.

Para a reunião também foram convidados representantes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e do Ministério da Saúde, que explicaram protocolos de atendimento e detalharam números de beneficiários atendidos.

Com informações da Agência Senado



24^a SESSÃO ORDINÁRIA

2 DE JUNHO DE 2015



CE APROVA FUNDO PARA ESPORTES OLÍMPICO E PARALÍMPICO

ACE aprovou projeto de lei do presidente da comissão, senador Romário (PSB-RJ), que cria o Fundo Nacional de Legado Olímpico e Paralímpico (PLS 26/2015). A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), e seguiu para votação final na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo o senador, o Brasil sediará os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, que serão realizados na cidade do Rio de Janeiro. A ideia é transformar esses eventos no ponto de partida para o lançamento do país como “potência mundial no esporte”.

Romário ainda lembrou um dos principais centros esportivos erguidos para a competição fica na Zona Oeste do Rio de Janeiro, entre a Barra da Tijuca e o Recreio.

“Um local com muitas comunidades, favelas. Acredito que vamos dar muita oportunidade para essas pessoas”, afirmou Romário.

O fundo terá dois objetivos, financiar projetos de desenvolvimento do esporte educacional e de alto rendimento e custear a manutenção da infraestrutura construída para os Jogos de 2016. O fundo será gerido pelo Ministério do Esporte e caberá ao ministério decidir as iniciativas que deverá priorizar.

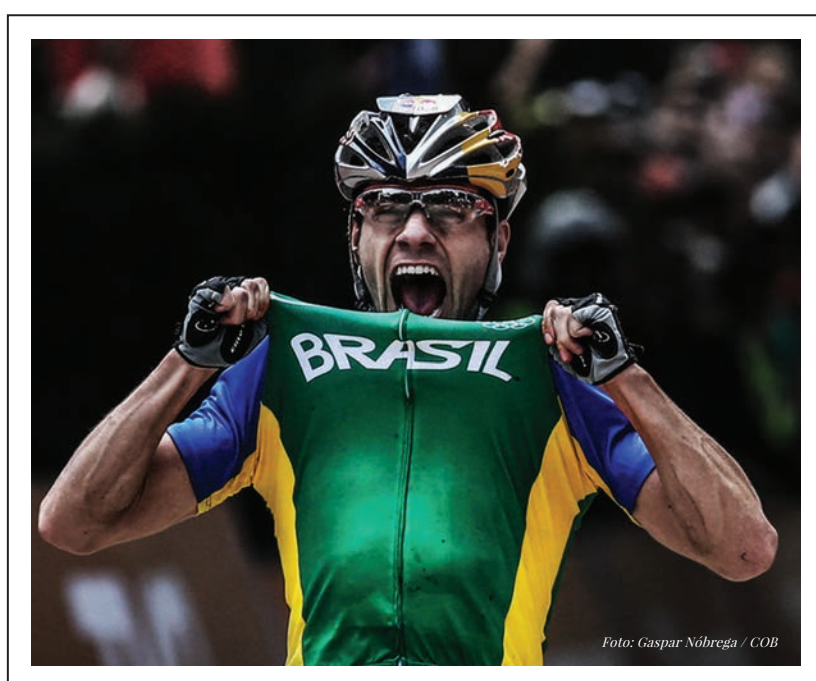
O Fundo Olímpico e Paralímpico funcionará durante dez anos, prorrogáveis por mais dez, e será abastecido por repasses federais, dotações orçamentárias, doações e fundos de investimento regionais. Além disso, poderá contar com 1% da arrecadação das loterias federais.

O senador Álvaro Dias parabenizou Romário pela iniciativa e considerou o projeto muito importante para o aperfeiçoamento financeiro de projetos relacionados ao desenvolvimento do esporte de alto rendimento olímpico e paraolímpico brasileiro.

Com informações da Agência Senado

*“Só vamos transformar o Brasil em
potência mundial no esporte se usarmos
bem o legado olímpico que será deixado
após as Olimpíadas”*

Senador Romário



25ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

9 DE JUNHO DE 2015



GOVERNO VAI FAZER NOVA CHAMADA PARA O FIES

Oentão ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, reiterou, em audiência pública na CE, a informação de que a pasta realizará uma nova chamada do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para novos contratos ainda em 2015, mas com modificações nos critérios para a concessão dos benefícios.

“Revimos os critérios do Fies, alguns dizem respeito à sustentabilidade econômica e, outros, à prioridade das vagas”, disse.

Segundo ele, as vagas serão prioritariamente concedidas para os cursos com nota quatro e cinco nos indicadores de qualidade do ministério. Também serão priorizadas a formação de professores para a educação básica, os cursos de engenharia e os demais de perfil análogo, além dos cursos da área de saúde. Receberão preferência os pleiteantes das regiões

Norte e Nordeste. O MEC ainda estuda a quantidade de vagas a ser ofertada, disse.

Renato Janine reconheceu que o ano de 2015 será difícil em termos orçamentários e, mesmo com o corte anunciado, de R\$ 9,4 bilhões para a Pasta, o ministro afirmou que nada será feito sem estudos e avaliações.

Segundo ele, obras muito iniciais, por exemplo, serão adiadas, assim como as que estão em fase final, serão concluídas. Programas como o Ciência sem Fronteiras, o Programa Nacional de Ensino Técnico e Acesso ao Emprego (Pronatec) e o Fies sofrerão reprogramações. Por outro lado, merenda e transporte escolar têm financiamento garantido.

“Tudo o que é estruturante e essencial na educação, como prometeu a presidente Dilma, será preservado. Não será fácil a gestão do MEC este ano, estamos procurando fazer o me-

lhor de nós. Depois de anos em que tivemos condições de avançar muito, teremos que fazer um balanço”, avaliou.

Para Renato Janine, o Plano Nacional de Educação (PNE) é a linha mestra da educação do país e todo o trabalho do Ministério será voltado para o cumprimento dos compromissos com a educação, apesar de a responsabilidade não ser exclusiva do MEC. Por isso, para os próximos anos, serão priorizados temas como a inclusão digital e a ampliação da oferta de banda larga nas escolas, o que permitiria a diversificação do ensino, com acesso a videoaulas, por exemplo.

“Precisamos garantir a valorização salarial. A defasagem de salário dos professores da educação básica é tão grande que isso é um dos fatores que dissuadem os jovens de se tornarem professores”, observou.

Uma comissão está sendo forma-

da para analisar as carreiras de magistério diferenciadas nos estados e nos municípios. A ideia é que elas se assemelhem, pois há estados em que o salário inicial é muito baixo e a distância entre o início e o topo da carreira é grande, o que diminui a atratividade, informou o ministro.

SENADORES

Apesar de elogiarem os avanços na oferta da educação ao longo dos anos, os parlamentares criticaram pontos da gestão do governo atual, em especial os retrocessos com o Fies e o Pronatec.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS), uma das proponentes da audiência pública, afirmou que, mesmo com a presidente Dilma Rousseff prometendo uma “Pátria Educadora”, são emitidos sinais contraditórios na política pública educacional com cortes de quase 20% do orçamento para a Pasta. A senadora também apontou o que considerou “falhas” do MEC na gestão do Pronatec, pois segundo a Controladoria Geral da União (CGU), os alunos desistentes continuam sendo contabilizados como matriculados.

O Pronatec também foi alvo de críticas do senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO). Segundo afirmou, dos oito milhões de alunos matriculados, 60% abandonaram o curso, o que também gerou cerca de R\$ 8 bilhões de prejuízo. Para ele, o Pronatec e o Fies precisam ser revistos “com carinho”.

Lasier Martins (PDT-RS) criticou a mudança das regras do Fies somente após a reeleição de Dilma Rousseff, em especial a elevação da nota mínima que o estudante precisa tirar no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), 450 pontos para pleitear o benefício. Segundo afirmou, o estudante de escola pública tem média de 380 pontos, e a alteração faz que apenas os alunos ricos sejam beneficiados. O ministro rebateu a informação ao dizer que a nota média do aluno da rede pública é de 475 pontos, e lembrou que 92% dos beneficiados pelo Fies são provenientes de famílias com renda de até três salários mínimos.

A necessidade de investir na atratividade da carreira de magistério,

melhorando salários e condições de trabalho também foi lembrada por senadores como Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Fátima Bezerra (PT-RN). A parlamentar sugeriu ainda que a União ajude estados e municípios com a complementação para garantir o pagamento do piso nacional dos professores.

“Ou a União amplia a participação financeira junto a estados e municípios, quase com uma federalização do piso, ou a maioria não terá condições de honrar a meta 17 do PNE (equiparar o rendimento médio dos profissionais do magistério com os demais profissionais com escolaridade equivalente)”

Senadora Fátima

Regina Sousa (PT-PI) defendeu atenção para a educação de base, com o ensino de raciocínio lógico, leitura e escrita para as crianças, para que não haja adultos com analfabetismo funcional.

Os senadores Wilder Morais (DEM-GO) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) alegaram que o governo usou a educação como ferramenta de marketing para ganhar as eleições e agora perdeu a credibilidade. Caiado ainda lembrou que a previsão orçamentária do Fies para 2015 é menor do que a quantia gasta em 2014, o que mostra um retrocesso do programa.

“A Pátria Educadora foi mais questão de marketing do que um plano de governo”, criticou Caiado.

Já os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Eduardo Amorim (PSC-SE) e Lídice da Mata (PSB-BA) criticaram o corte orçamentário de R\$ 9,4 bilhões que atingiu o MEC. A

falta de recursos segundo eles, vai comprometer a realização de metas previstas no PNE e mostra uma contradição em se tratando de um governo que adotou o lema Pátria Educadora.

“É o ministério mais importante do Brasil, por isso não compreendo cortar um tostão da educação. Tirar qualquer centavo significa comprometer o alcance dos objetivos do PNE”, disse Lídice.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Na reunião em que foi realizada a audiência pública, o senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) propôs à CE a votação de uma moção de repúdio à atitude antissemita da reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul. O pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa da instituição, José Fernando Schlosser, emitiu uma circular em que solicitava ao corpo docente o envio “urgente” de informações sobre a presença de professores e alunos de origem israelense.

De acordo com a UFSM, o objetivo era atender solicitação de representantes da Seção Sindical Docente da Universidade, da Associação de Servidores, do Diretório Central dos Estudantes da instituição e do Comitê Santamarinense de Solidariedade ao Povo Palestino, o que foi considerado inconstitucional pelo senador Aloysio.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) elogiou a atitude do ministro da Educação, Renato Janine, e do Ministério da Educação (MEC) ao divulgarem nota oficial se opondo à atitude do reitor da UFSM.

“Houve um erro da Universidade Federal de Santa Maria. Ela tem autonomia, a universidade agiu da maneira que considerou correta, mas o MEC não concorda. Por isso, o ministério disse isso com clareza e manifestou seu repúdio a toda e qualquer forma de discriminação”, declarou o ministro.

Com informações da Agência Senado

26ª SESSÃO ORDINÁRIA

10 DE JUNHO DE 2015



BOLSISTAS NO EXTERIOR PODERÃO SER ISENTOS DE IOF

Alunos brasileiros que estiverem estudando no exterior com bolsa do governo poderão ficar isentos de pagar Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em compras de moeda estrangeira. O projeto que prevê essa isenção (PL 76/2014) foi aprovado pela CE na 26ª Sessão ordinária.

Atualmente, o IOF está em 6,38% e tem de ser pago em todas as opera-

ções financeiras que envolvam moeda estrangeira – compra de moeda em espécie, de cheques de viagem, carregamento de cartão pré-pago ou compras com cartão de crédito.

Para a relatora do projeto, senadora Ana Amélia (PP-RS), há uma incoerência na cobrança de IOF para os estudantes intercambistas.

“O governo dá com uma mão, quando concede a bolsa, e tira com

a outra, quando cobra o imposto”, avaliou a senadora.

O entendimento a comissão foi o de que os estudantes no exterior vivem com orçamento restrito e são prejudicados pela tributação, o que pode servir como um desestímulo.

O texto seguiu para avaliação na Comissão de Assuntos Econômicos.

“As sucessivas imposições de ônus a operações de câmbio em muitos casos inviabiliza a permanência fora do país de estudantes beneficiários de bolsas de estudo concedidas pelo governo e, ainda, contribui para o desestímulo de novas adesões aos programas de bolsa no exterior”

Senadora Ana Amélia

ROMÁRIO VAI DEBATER LEI DAS BIOGRAFIAS NO SENADO

ACE decidiu promover uma audiência pública sobre a Lei das Biografias (PLC 42 de 2014), segundo deliberação do relator do projeto e presidente da comissão, senador Romário (PSB-RJ). A decisão de realizar o debate aconteceu depois de o Supremo Tribunal Federal (STF) ter se manifestado sobre o tema e julgado desnecessária a autorização prévia para publicação de biografias.

O projeto, assim como a decisão do Supremo, elimina a necessidade de censura prévia das publicações. Enquanto o STF fornece uma interpretação do Código Civil, o PL altera definitivamente a legislação em conformidade com o entendimento da Corte.

“Meu relatório já estava sendo finalizado. Acredito que agora cabe uma avaliação à luz da decisão do Supremo. Faremos o que for melhor

para a democracia do país, isso pode ser desde a aprovação do texto com alterações ou seu arquivamento”, ponderou o relator.

HISTÓRICO

O PLC 42/2014 de autoria do ex-deputado Newton Lima (PT-SP), foi aprovado pela Câmara e encaminhado ao Senado. A proposta altera o Código Civil para garantir a publicação de biografias não autorizadas de pessoas públicas.

O texto aprovado pelos deputados acrescenta um segundo parágrafo ao Artigo 20 do Código Civil para determinar que “a ausência de autorização não impede a divulgação de imagens, escritos e informações com finalidade biográfica de pessoa cuja trajetória pessoal, artística ou profissional tenha dimensão pública ou que esteja inserida em

acontecimentos de interesse da coletividade”.

O projeto inclui ainda um terceiro parágrafo, determinando que a pessoa que se sentir atingida em sua honra, boa fama ou respeitabilidade poderá requerer a juizados especiais a exclusão do trecho ofensivo em edição futura da obra.

PNE

ACE também aprovou requerimento da senadora Fátima Bezerra (PT-RN) para realização de audiência pública com o objetivo de avaliar o primeiro ano de implantação do Plano Nacional de Educação (PNE), que estabeleceu metas até 2024.



27^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

17 DE JUNHO DE 2015



CE DEBATE DEMISSÃO POR JUSTA CAUSA DE ATLETAS

ACE promoveu audiência pública sobre demissão por justa causa de atletas e o debate deixou evidente a necessidade de regulamentar a questão. Participaram da audiência representantes de atletas, da Justiça do Trabalho, de clubes e da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para discutirem os itens do projeto de lei sobre o assunto (PLS 109/2014), em trâmite na comissão.

O presidente da CE, senador Romário (PSB-RJ), lembrou um caso que ocorreu durante a sua carreira no futebol, em que foi dispensado por justa causa depois de ter parti-

cipado de uma festa que prejudicou seu desempenho em um jogo no dia seguinte, culminando na eliminação do time na competição.

“A legislação é omissa no que diz respeito à dispensa motivada de atleta. Acabei ganhando esse processo [contra o Flamengo], que durou sete anos. Eu, mais do que ninguém, tenho essa experiência e sofri na carne”, contou o ex-jogador de futebol.

Outros casos de demissão por justa causa no mundo do futebol foram lembrados, como o do jogador Adriano. O atleta foi dispensado pelo Corinthians em 2012 após

67 faltas a treinamentos. O imbróglio terminou em acordo na Justiça.

Demissões de atletas profissionais eram regulamentadas pela Lei 6.354/1976, que foi revogada em 2011. Atualmente, o que vale para esses casos é a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que prevê justa causa, por exemplo, para embriaguez habitual ou em serviço, condenação criminal do empregado ou por ato de indisciplina.

O presidente do Avaí Futebol Clube, Nilton Macedo Machado, disse que as entidades desportivas têm perdido ações porque não conseguem caracterizar a justa causa.

“O projeto é ótimo para nós porque traz a previsão na lei da rescisão por justa causa. Não ficamos assim dependentes de entendimento jurisprudencial. Mas temos que encontrar solução para ambos: para clubes e para atletas”, disse.

PROJETO

A CE examina o PLS 109/2014, que propõe reintroduzir a possibilidade da dispensa de atletas por justa causa nos casos em que eles não cumprirem suas obrigações. O texto também altera a Lei Pelé (Lei 9.615/1998) para prever o pagamento de indenização pelo atleta ao clube nesses casos.

Para o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Alexandre Agra Belmonte, o estabelecimento de uma cláusula indenizatória a ser paga por jogadores de futebol em casos configurados como justa causa é necessário para resguardar os clubes, que, em muitos casos, investem elevadas somas de dinheiro na contratação de atletas.

“Poderia ser adotada esta solução: o atleta pagaria indenização à entidade desportiva conforme prejuízos comprovados. Então, nesse caso o clube teria que comprovar os prejuízos para poder ter esse retorno”, propôs Belmonte.

O advogado Pedro Fida relatou que o regulamento da Federação Internacional de Futebol (FIFA) já prevê a possibilidade de os clubes cobrarem valores estipulados a título de indenização. Ele ponderou, contudo, que é necessário observar a proporcionalidade e razoabilidade dos valores definidos.

“Esse projeto de lei acompanha as tendências internacionais”, opinou o advogado.

DESEQUILÍBRIO

O assessor jurídico da CBF, Amilar Fernandes Alves, não concordou com o pagamento de indenização pelos atletas. Para ele, isso

traria um desequilíbrio na relação empregado-empregador.

“Menos de 5% jogadores recebem salário alto. Essa minoria não deve ser levada em conta. Temos que olhar a maioria. Na maior parte dos casos, o jogador é hipossuficiente”, argumentou.

“Não tem sanção ou punição maior do que o jogador deixar de receber o que está no contrato. Justa causa é ruim para qualquer empregado, não só jogador de futebol”

Senador Romário

O senador Romário concordou e disse que o rompimento do contrato já é sanção suficiente para os jogadores.

O presidente do Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo, Rinaldo José Martorelli, vê com desconfiança o projeto. Para ele, em muitos casos, a questão da justa causa tem que ser discutida caso a caso.

“Há uma discussão de poder entrar na vida privada do trabalhador ou não. O atleta quando está de folga pode beber? Eu não defendo isso. Mas ele está na sua vida particular e ele faz o que ele quer, ou não? São situações que temos que discutir”, avaliou.

O relator do projeto na CE, Dário Berger (PMDB-SC), se surpreendeu com a complexidade do debate.

“Minha preocupação é que esse tema, embora simples, pode ter repercussão muito significativa na vida tanto das entidades desportivas quanto na dos atletas. O grande objetivo é buscar um equilíbrio que possa trazer segurança jurídica”, disse o senador.

INDENIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO

Existe hoje previsão legal de pagamento de indenizações pelo clube aos atletas e pelos atletas aos clubes, mas nenhuma delas envolve justa causa.

A cláusula indenizatória desportiva estabelece um valor a ser pago pelo atleta ao clube na hipótese de sua transferência para outra entidade, nacional ou estrangeira, durante a vigência do contrato.

Já a cláusula compensatória desportiva dispõe sobre a quantia que será devida pelo clube ou entidade desportiva ao atleta se ocorrer a rescisão contratual por inadimplência salarial, rescisão indireta nas demais hipóteses previstas na legislação trabalhista ou a dispensa imotivada do atleta.

Com informações da Agência Senado

28ª SESSÃO ORDINÁRIA

23 DE JUNHO DE 2015



Foto: Agência Brasil

CE APROVA PROJETO QUE AUTORIZA A FEDERALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O projeto de lei que autoriza o Executivo a federalizar a educação básica (PLS 320/2008) foi aprovado em decisão terminativa da CE. O PL que cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), teve a mantida a emenda que confere caráter autorizativo ao dispositivo de criação da carreira nacional do magistério.

Para o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), a emenda sobre a criação da carreira de magistério, já

aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), pode resolver a questão da inconstitucionalidade, mas não livra o projeto de “injuridicidade”.

“A injuridicidade é incontornável. O Poder Executivo não carece de nossa autorização para criar a carreira nacional do magistério. Uma lei ordinária não pode dar ao Executivo o que ele já tem e que utiliza ou não segundo a sua discricionariedade”, argumentou Aloysio.

O senador admitiu respeitar a proposta de Cristovam, mas decidiu votar contra por também rejeitá-la quanto ao mérito.

“Esse é um debate necessário de ser travado com o Poder Executivo. Temos a possibilidade de construir a educação com escolas igualitárias, de não termos escolas no Maranhão ou no Piauí diferentes das que temos em São Paulo ou no Rio de Janeiro”
Senador Randolfe Rodrigues

CARTA

Na tentativa de obter apoio, Cristovam enviou uma carta a cada membro da Comissão de Educação com ponderações em defesa do PL.

“Não se trata de federalização, mas de adoção de escolas estaduais, distritais e municipais pelo governo federal. O Legislativo tem que provocar o governo a se manifestar sobre o assunto. O piso salarial dos professores saiu daqui e o governo federal aceitou”, disse Cristovam.

Na avaliação do senador Lasier Martins (PDT-RS), o projeto e a carta de Cristovam são “um libelo contra a educação que nós vivemos”.

“No Brasil, a escola é o berço da desigualdade. Há escolas públicas em municípios tão pobres que o custo anual de cada aluno é pouco maior que R\$ 2,5 mil. Já outras escolas públicas chegam a gastar R\$ 16 mil ao ano por aluno. Está na hora de provocar o governo a atacar essa imoralidade”, reivindicou Lasier.

PÁTRIA EDUCADORA

Ao presidir a reunião da CE, a senadora Ana Amélia (PP-RS) registrou seu apoio ao PLS 320/2008 não só pela condição de “municipalista”, mas também por considerar que a melhoria do ensino brasileiro “é um debate necessário ao país”.

Apesar de avaliar a proposta de Cristovam como um “passo tímido”, o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) disse ver nele “a força de ser um exemplo e de estimular o debate na área”.

Os senadores Gladson Cameli (PP-AC), Telmário Mota (PDT-RR), Simone Tebet (PMDB-MS), Hélio José (PSD-DF), Wilder Moraes (DEM-GO), Dalírio Beber (PSDB-SC), Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO) também manifestaram apoio à proposta e destacaram a oportunidade de abrir o debate sobre a federalização da educação básica e a criação da carreira nacional do magistério no momento em que

o governo federal levanta a bandeira do programa “Pátria Educadora”.

REQUERIMENTO

Ao final da reunião, a CE aprovou requerimento do presidente da comissão, senador Romário (PSB-RJ), no sentido de que a CCJ se manifeste sobre a constitucionalidade de projetos de lei de natureza autorizativa, como o PLS 320/2008. Enquanto a CCJ não liberar um parecer sobre o assunto, a CE deverá suspender a votação de todas as propostas autorizativas em tramitação no colegiado.

Com informações da Agência Senado

APROVADA ANISTIA A ALUNOS EXCLUÍDOS DE UNIVERSIDADES POR MOTIVAÇÃO POLÍTICA

O projeto de lei que concede anistia a alunos excluídos de instituições federais de ensino superior em decorrência de abandono, jubramento ou expulsão por atividade política (PLS 378/2012) foi aprovado pela CE em caráter terminativo. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Lasier Martins (PDT-RS).

O PL de autoria do ex-senador Inácio Arruda estabelece que os candidatos à anistia devem ter ingressado na instituição federal por meio de

exame seletivo regular, em qualquer época, e precisam manifestar interesse em retomar os estudos. O projeto determina ainda que os alunos não poderão ter concluído curso de nível equivalente até o prazo de três anos, a contar da publicação da lei.

Outra previsão é a de que, no prazo de três anos, as instituições de ensino deverão reservar vagas para o ingresso dos estudantes anistiados. Por fim, permite o remanejamento do aluno para instituição ou curso diverso daquele em que o estudante

tenha sido originalmente aprovado, desde que haja disponibilidade de vagas.

“As normas estabelecidas pelo projeto nos parecem adequadas e serão complementadas por regulamento, que por certo deixará claros os critérios para se determinar o conceito de ‘atividade política’ e em que medida o afastamento do estudante pode dela haver decorrido”, observou o relator no parecer.

Com informações da Agência Senado

29^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

30 DE JUNHO DE 2015



SEMINÁRIO AVALIA REGULAÇÃO PARA AMPLIAR ACESSO A LIVROS

Representantes do governo e de editoras nacionais e internacionais apoiaram iniciativas para garantir o acesso de uma parcela maior da população aos livros. O tema foi discutido em um seminário promovido pela CE para debater a Política Nacional do Livro e a regulação de preços.

De acordo com os dados apresentados no seminário, os 500 livros mais vendidos no Brasil – que representam apenas 0,5% do total de publicações – concentram mais

de 30% das vendas. Boa parte dos lançamentos são vendidos com descontos promocionais, que embora agradem moradores e consumidores das principais redes de livrarias, dificultam o acesso nos locais mais afastados e encarecem os livros menos comerciais.

Um projeto em discussão no Senado cria a Política Nacional do Livro, que limita eventuais descontos sobre novas publicações a 10% durante um ano (PLS 49/2015). Depois, os preços estariam liberados. Segundo a autora da proposta, se-

nadora Fátima Bezerra (PT-RN), a regulação de preços vai garantir a multiplicação dos pontos de venda e dos livros publicados.

O diretor do escritório internacional da Edição Francesa, Jean-Guy Boin, falou sobre a política em relação a livros na França, que adotou o preço fixo em 1981, depois do surgimento de grandes redes de livrarias e hipermercados, que vendiam a preços mais baixos.

“Isso se traduziu numa situação muito dramática, com livrarias que fechavam todos os dias.

“A grande vantagem dessa medida é resgatar a competitividade das livrarias menores. Mas também queremos resguardar o direito de todos os consumidores, e não apenas daqueles que vivem nos grandes centros urbanos, de terem acesso a produtos de qualidade e com conteúdo diversificado”

Senadora Fátima Bezerra

Alguns best-sellers eram vendidos com descontos muito importantes, mas com o encarecimento dos livros de pouca venda”, informou Boin.

Outro tema abordado foi a necessidade de regulação do mercado literário digital. O ministro da Cultura, Juca Ferreira, disse que é preciso criar um sistema legal que mantenha o caráter aberto e a neutralidade da

rede, mas capaz de proteger os produtores de conteúdo brasileiros.

“Essa ideia de que funcionam nas nuvens é uma ideia falsa. Funcionam as nuvens, mas negócios são terrenos, para que não representem pirataria com os conteúdos nacionais e que não representem um sufoco para a cadeia do livro no Brasil”, avaliou o ministro.

O presidente da Associação Internacional de Editores, Richard Charkin, elogiou a iniciativa do preço fixo e acrescentou que a medida deve ser acompanhada de políticas contra o monopólio e de ações de combate à pirataria.

Com informações da Agência Senado



30^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

1 DE JULHO DE 2015



MARÇO: MÊS DA POESIA

ACE promoveu uma audiência pública para debater a instituição do mês de março como o Mês da Poesia, conforme previsto projeto de lei (PLS 343/2011), de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS). O requerimento da audiência foi de autoria da senadora Ângela Portela (PT-RR).

O projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) pretende homenagear o poeta Thiago de Mello, nascido em 30 de março de 1926, em Barreirinhas (AM). Escritor premia-

do tem livros traduzidos em mais de 30 idiomas. Preso e exilado durante a ditadura militar, Mello é conhecido internacionalmente como um intelectual engajado na luta pelos direitos humanos.

Para a professora da Universidade de Brasília (UnB), Sylvia Cyntia, especialista em poesia brasileira e portuguesa, a poesia está em tudo e é fundamental falar e homenagear poetas ainda em vida, não somente depois da morte.

O presidente da Academia Bra-

siliense de Letras, Carlos Fernando Mathias de Souza, ressaltou que tudo o que se fizer em prol da difusão, da disseminação do ensino e do cultivo a literatura brasileira de forma mais ampla é muito importante.

O poeta Nicolas Behr apoiou a iniciativa e disse que poesia é fundamental na vida de todos.

“A poesia está em tudo e em todos e sem poesia a gente não vive. Todos nós somos emoções e sentimentos e, enquanto houver ser humano, haverá poesia”, disse.

“

*Decreta-se que
nada será obrigado
nem proibido. Tudo
será permitido,
sobretudo brincar
com os rinocerontes e
caminhar pelas tardes
com uma imensa
begônia na lapela.
Só uma coisa fica
proibida: Amar sem
amor.*

”

Thiago de Mello



31ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

8 DE JULHO DE 2015



GOVERNO E PROFISSIONAIS DEBATEM PNE

Após um ano de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE) (Lei 13.005/2014), o então ministro da Educação, Renato Janine, e representantes da sociedade civil discordam sobre os avanços obtidos nos últimos 12 meses. Por outro lado, são unânimes em aceitar que o programa Pátria Educadora ainda tem um longo caminho a percorrer para que o Plano Nacional de Educação não fracasse e se torne apenas uma mera carta de intenções.

O tema foi debatido em audiência pública promovida pela CE, por

requerimento da vice-presidente, senadora Fátima Bezerra (PT-RN).

Para o ministro Renato Janine, um dos compromissos mais importantes estabelecidos pelo PNE para 2015 é a elaboração dos planos educacionais por estados e municípios, o que, segundo ele, está sendo feito. Além disso, o representante do Executivo garantiu que o Ministério da Educação (MEC) está acompanhando de perto a execução das metas e fez questão de destacar que o PNE foi aprovado por unanimidade no Congresso e sancionado sem vetos, por isso, é um compromisso de todos.

“É bom explicar que o PNE exige a elaboração e não a sanção dos planos locais. Apenas 100 municípios brasileiros não elaboraram seus planos, o que dá menos de 2% dos mais de cinco mil”, explicou o ministro.

Ao responder o senador Lasier Martins (PDT-RS), o ministro afirmou que um ano de crise não irá apagar os últimos doze anos bem-sucedidos na área da educação.

“Crises fazem parte da vida. Temos que ter tranquilidade neste momento, porque isso não coloca em xeque as metas delineadas

pela sociedade. Tentaremos fazer o máximo com o dinheiro de que dispomos. Estamos reavaliando programas e vendo o que podemos melhorar na gestão”, justificou.

Outro representante do governo, o secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC, Binho Marques, disse discordar das avaliações negativas dando conta de que o plano não saiu do papel após um ano.

“Temos que valorizar as vitórias. Ressaltar só notícias negativas para ganhar espaço na mídia não contribui. Reconheço os problemas, mas não reconhecer os avanços não é bom para ninguém”, disse.

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

O coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, afirmou que, para a entidade, o que mais preocupa neste primeiro ano de PNE é o descumprimento da meta 15, relativa à Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação.

Segundo ele, a meta 9 (incremento da taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015) é outro problema e patina na incapacidade de o Brasil garantir a alfabetização de todos os brasileiros.

“Estamos em momento crítico. Não dá para ter PNE com educação perdendo tantos recursos com o ajuste fiscal. Em que pese o fato de metas não serem cumpridas, deixamos claro que acreditamos no plano e vamos lutar pelo seu cumprimento. A sociedade civil tem que tirar os governos da zona de conforto”, afirmou.

PETRÓLEO

A senadora Fátima Bezerra elogiou a atuação dos movimentos sociais na elaboração do PNE e classificou o plano como “uma das mais belas apostas no futuro do país”. Ela reconheceu, no entanto, que as metas não são simples.

“As metas são ousadas e teriam que ser assim para responder ao desafio pelo qual passa o Brasil. Temos avançado nestes últimos dez anos, com conquistas significativas, mas temos uma longa avenida pela frente”

Senadora Fátima Bezerra

Fátima Bezerra, assim como os senadores Lindbergh Farias (PT-RJ) e Telmário Mota (PDT-RR), defendeu a manutenção dos recursos da do Pré-Sal para a educação.

ESPERANÇA PARA O FUTURO

O PNE (Lei 13.005/2014) foi sancionado em junho do ano passado após tramitar durante quase quatro anos no Congresso Nacional.

O plano apresenta 20 metas a serem cumpridas até 2024. Entre elas, erradicar o analfabetismo absoluto; reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional; investir 10% do produto interno bruto (PIB) no setor; e alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o fim do 3º ano do ensino fundamental.

Também participaram da audiência o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Roberto Franklin de Leão; o coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE), Helelino Araújo Filho, e o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime/Região Sul), André Leme da Silva.

Com informações da Agência Senado



32^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

8 DE JULHO DE 2015



CE LIBERA BIOGRAFIAS NÃO AUTORIZADAS

ACE aprovou projeto para alterar o Código Civil e garantir a publicação de qualquer biografia (PLS 42/2014). Pelo projeto, a ausência de autorização não impede a divulgação de imagens, escritos e informações com finalidade biográfica de toda e qualquer pessoa. O texto acrescenta que “para a divulgação das informações e relatos biográficos, tampouco é exigível o consentimento de pessoas retratadas como coadjuvantes”.

O relator da matéria, senador

Romário (PSB-RJ), afirmou que o direito de se informar sobre determinada pessoa de notoriedade pública está compreendido no direito da sociedade de conhecer e interpretar as personalidades que têm ou tiveram atuação relevante em sua história ou em sua cultura.

“Está em jogo o direito de autoconhecimento da sociedade brasileira”, disse o senador.

O relator ponderou, no entanto, que nem toda biografia é positiva. Para Romário, as restrições existem, em diferentes graus, em vários pa-

íses, mas nenhum deles parte “do princípio da proibição antecipada”. Ele salientou que, para a defesa da honra e da imagem das pessoas – especialmente diante de calúnias, injúrias, difamações e desrespeito à intimidade e à vida privada, existem instrumentos que garantem o acesso à Justiça.

A matéria passou pela CE e seguiu para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto é de autoria do ex-deputado Newton Lima (PT-SP).

STF

Romário lembrou que, em junho, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) liberou a publicação de biografias não autorizadas. Para o STF, a exigência de autorização prévia representaria uma censura, o que é incompatível com a Constituição de 1988, que garante a liberdade de expressão. Romário ainda informou que excluiu do texto a possibilidade de ação nos juizados especiais, conhecidos como juizados de pequenas causas.

Para o senador Hélio José (PSD-DF), o projeto é uma forma de garantir “a liberdade de pensar e de dizer”. Na visão de Marta Suplicy (PMDB-SP), o texto do projeto mostra o amadurecimento da sociedade. Ela ponderou que a liberdade, às vezes, não é bem utilizada. No entanto, lembrou que para esses casos existe a Justiça.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) elogiou a clareza e a objetividade do relatório de Romário. Segundo Ferraço, o projeto é um passo de modernidade.

“É uma forma de dar ao nosso país uma simetria com os países mais democráticos e civilizados. Não há país civilizado no mundo que trabalhe com censura prévia”, afirmou Ferraço.

Com informações da Agência Senado

APROVAÇÃO DE PROJETOS DE LEI SOBRE DATAS COMEMORATIVAS

ACE, em sua 32ª Sessão Extraordinária, aprovou os seguintes projetos sobre datas comemorativas:

- PLC 134/2011 | autoria: Angelo Vanhoni (PT-PR) | relatoria: Hélio José (PSD-DF): Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil.
- PLC 55/2014 | autoria: Luiza Erundina (PSB-SP) e outros | relatoria: Donizeti Nogueira (PT-TO): Inclui o Dia Internacional do Direito à Verdade no calendário nacional

de datas comemorativas.

- PLC 127/2014 | autoria: Acelino Popó (PRB-BA) | relatoria: Roberto Rocha (PSB-MA): Institui a data de 18 de janeiro como o Dia Nacional do Krav Maga.
- PLC 124/2014 | autoria: Jean Wyllys (PSOL-RJ) e outros | relatoria: Marta Suplicy (PMDB-SP): Institui o Dia Nacional do Teatro Acessível: Arte, Prazer e Direitos.
- PLC 119/2014 | autoria: Roberto de Lucena (PV-SP) | relatoria: Eduardo Amorim (PSC-SE): Institui o dia 24 de maio como o Dia Nacio-

nal do Metodismo Wesleyano.

- PLC 129/2014 | autoria: Rosane Ferreira (PV-PR) e outros | relatoria: Hélio José (PSD-DF): Institui o dia 9 de fevereiro como o Dia Nacional do Cerco da Lapa.
- PLC 102/2014 | autoria: Paulo Rubem Santiago (PDT-PE) | relatoria: Fátima Bezerra (PT-RN): Institui o Dia do Palhaço no calendário das efemérides nacionais.



33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

8 DE JULHO DE 2015



LDO: SENADORES QUEREM PRIORIDADE PARA ENSINO TECNOLÓGICO

Mais recursos para expandir e reestruturar as instituições federais de educação tecnológica, desenvolver ações integradas de cultura e educação e modernizar a infraestrutura voltada para o esporte e o lazer. Essas são as três metas que a CE quer ver incluídas no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2016 (PLN 1/2015).

As metas foram aprovadas a partir de 141 emendas propostas pelos senadores. Como cada comissão pode propor apenas três metas, a relatora, senadora Lídice da Mata (PSB-BA), disse que adotou os critérios de maior apoio parlamentar e maior pertinência da emenda com os ministérios mais temáticos da comissão. Ela também acatou todas as 13 emendas de texto recebidas pela CE.

Veja a seguir outras emendas à LDO aprovadas pelas comissões permanentes do Senado. Todas as sugestões dependem de análise da Comissão Mista

de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) recebeu 68 emendas ao projeto da LDO, sendo 57 de inclusão de metas e 11 de texto. O relator da proposta da comissão, senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP), recomendou o encaminhamento de emendas de metas dentro das seguintes ações: fiscalização e demarcação de terras indígenas, localização e proteção de índios isolados e de recente contato; Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron); e apoio à estruturação, reaparelhamento, modernização organizacional e tecnológica das instituições de segurança pública.

Ao contrário das emendas de inclusão de meta (limitadas a três por

comissão), Randolfe observou não haver limites para apresentação de emendas de texto à LDO. Assim, decidiu enviar as 11 emendas de texto da CCJ à Comissão de Orçamento.

“Dessa forma, conseguimos acolher propostas de emenda de inclusão de metas de grande relevância para o país, atendendo, dentro das possibilidades, à maioria dos senadores desta comissão que se manifestaram. Ademais, buscamos a continuidade das indicações de prioridades pela CCJ em 2014. As emendas de texto propostas coadunam-se com as competências regimentais da CCJ, atendendo às disposições constitucionais e legais.”, comentou Randolfe em seu parecer.

AGRICULTURA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou o parecer do senador Waldemir Moka (PMDB-MS), incorporando emendas que

priorizam programas destinados a incentivar o conhecimento científico aplicado a agropecuária sustentável, agricultura familiar, pesca e aquicultura, inovações, defesa, tecnologia e irrigação.

As emendas da CRA destinam recursos para ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico, pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia para agropecuária; assistência técnica e extensão rural para agricultura familiar; adequação de máquinas e equipamentos para a adequação da infraestrutura produtiva; apoio ao desenvolvimento sustentável de territórios rurais e de infraestrutura pesqueira e agrícola; entre outros.

O parecer ainda prevê a implantação de perímetros de irrigação nos municípios goianos de Flores de Goiás e Luiz Alves do Araguaia; a construção da barragem do rio Imburuçu (GO); além do apoio a projetos de implantação de sistema simplificados de irrigação e a estudos para o desenvolvimento da agricultura irrigada.

ASSUNTOS SOCIAIS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) recebeu 152 emendas à LDO, sendo 116 de inclusão de metas e 36 de texto. A saúde foi a área mais contemplada com recursos destinados pelas emendas. Três ações foram priorizadas: serviço de proteção social básico, estruturação de unidades especializadas de atenção à saúde, e estruturação da rede de serviços de atenção básica de saúde.

A relatora, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), explicou ter escolhido como parâmetro para definir as emendas coletivas a frequência com que os temas se repetiram nas sugestões dos parlamentares. Os integrantes da comissão consideraram o critério justo.

O senador Waldemir Moka lembrou que ele inaugurou na comissão a adoção desse critério. Ana Amélia (PP-RS) afirmou que a iniciativa é democrática, pois concentra as manifestações dos senadores em torno dos temas que são prioritários. Paulo Paim (PT-RS) lembrou ainda que, apesar de grande parte dos senadores se repetirem nas emendas aglutinadas, não há qualquer intenção de privilégio.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) definiu entre suas prioridades em relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 o apoio a projetos de infraestrutura turística. A sugestão foi apresentada pelos senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Simone Tebet (PMDB-MS), Lídice da Mata (PSB-BA), Randolfe Rodrigues (REDE-AP) e Lúcia Vânia (PSB-GO).

Os senadores alertaram para a necessidade de investimentos que permitam desenvolver o turismo nos municípios, principalmente por meio de adequação da infraestrutura, de forma a melhorar a qualidade do atendimento prestado ao turista.

Outra prioridade definida pela CDR é a implantação de infraestruturas hídricas para oferta de água, objeto de emendas, por sugestão de Randolfe, Lídice da Mata e Simone Tebet.

A comissão aprovou ainda emenda que inclui como meta para o próximo ano a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que estabelece o conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que norteiam os investimentos em habitação, saneamento ambiental, mobilidade urbana e transporte. Lídice, Jucá, Simone Tebet, Randolfe Rodrigues e Lúcia Vânia apoiaram a medida.

O relator, José Medeiros (PPS-MS), aglutinou o texto das sugestões de vários senadores para apresentar as três emendas de inclusão de metas a que a comissão tem direito.

INFRAESTRUTURA

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) aprovou a inclusão, de meta visando a manutenção de rodovias na região Norte, a construção de trecho da Ferrovia de Integração Centro-Oeste e a prospecção do potencial mineral em áreas de fronteira.

A meta de manutenção de rodovias foi sugerida pelos senadores Acir Gurgacz (PDT-RO) e Valdir Raupp (PMDB-RO), que defendem melhorias nas estradas dos estados da região Norte, para viabilizar o escoamento dos produtos e facilitar os deslocamentos da população.

Acir Gurgacz e Valdir Raupp são também autores de emendas para inclusão de meta de construção de trechos ferroviários para implantação da Ferrovia Transcontinental, em especial entre Sapezal, no Mato Grosso, e Porto Velho, em Rondônia.

O senador Wilder Moraes (DEM-GO) apresentou a emenda para inclusão de levantamento geológico e de potencial mineral em regiões de fronteiras, com o objetivo de identificar novas oportunidades de exploração mineral no país.

DIREITOS HUMANOS

Reunida na manhã desta quarta-feira (8), a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou três emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016. Relator da matéria, o senador Paulo Paim (PT-RS) afirmou que todas as sugestões de emendas apresentadas eram de interesse nacional, mas precisava ater-se apenas a três, decidindo assim privilegiar os jovens, os quilombolas e as mulheres.

Em defesa das emendas, ele disse que o Parlamento precisa apoiar políticas em favor da juventude, em vez de simplesmente punir os que infringem as leis. Sobre os quilombolas, disse que oferecer proteção a essas comunidades representa proteção e um resgate da importância dos negros no Brasil. Ele também observou ser necessário um combate firme à violência contra as mulheres e melhorar o atendimento àquelas em situação de violência.

Assim, o senador acolheu emendas destinadas à coordenação e à articulação das políticas públicas de juventude; ao desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais; e ao atendimento às mulheres em situação de violência.

Dessa forma, ele disse que, direta ou indiretamente, conseguiu contemplar 23 sugestões de emendas ao Anexo de Metas e Prioridades da LDO, atendendo aos pleitos dos senadores.

Com informações da Agência Senado

Reuniões da CE

Secretário: Willy da Cruz Moura

Telefone: 61 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br

Senado Federal - Praça dos Três Poderes - Anexo II

Brasília DF - CEP 70165-900

Ala Alexandre Costa

Plenário nº 15

Expediente

Jornalista responsável: Letícia Alcântara

Texto: Ana Carolina Sarres, Lenice Lengruber e Maria Carolina Lopes

Projeto gráfico: Fabiano Campêlo e Rafael Minervino



MARÇO - JULHO

55^a LEGISLATURA - ANO 2015
S E N A D O F E D E R A L